

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BRENDA DÁLETE SILVA MORAIS VIANA

**RACISMO NO MUNDO ACADÊMICO: É UM TEMA PARA SE DISCUTIR NA
UNIVERSIDADE?**

MARIANA-MG
2021

BRENDA DÁLETE SILVA MORAIS VIANA

**RACISMO NO MUNDO ACADÊMICO: É UM TEMA PARA SE DISCUTIR NA
UNIVERSIDADE?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a Dra. Virgínia Alves Carrara

MARIANA-MG
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V614r Viana, Brenda Dálete Silva Morais .
Racismo no mundo acadêmico [manuscrito]: é um tema para se discutir na universidade?. / Brenda Dálete Silva Morais Viana. - 2021.
104 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Alves Carrara.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Ensino superior. 2. Racismo . 3. Racismo na educação . I. Carrara, Virginia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Brenda Dalete Silva Morais Viana

Racismo no Mundo Acadêmico: é um tema para se discutir na Universidade?

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 31 de agosto de 2021

Membros da banca

Dra. Virgínia Alves Carrara - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Sheila Dias Almeida - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Adriana Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto

Virgínia Alves Carrara, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Alves Carrara, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/09/2021, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0220737** e o código CRC **04CC8D69**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009551/2021-69

SEI nº 0220737

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

“Direi do Senhor: ele é me Deus, o meu refúgio a minha fortaleza, e nele confiarei” (SALMOS: 91.2).

Se eu tenho a quem agradecer, sempre será a Deus em primeiro lugar, por todas as oportunidades que me concedeu, mesmo diante do desespero, dos dias de angústias e por nunca me deixar desistir daquilo que edificou a minha alma.

Quando entrei na universidade não imaginava que iria passar por tudo o que passei. Foram os anos mais difíceis da minha vida. Neste período fui desafiada todos os dias a lutar por um sonho, por um lugar de fala e por oportunidades.

Aqui também foi o lugar em que eu me reconheci como uma mulher negra. Amadureci, saí da bolha em que vivia e me tornei a Brenda Viana que hoje todos conhecem e tenho prazer em apresentar.

A evolução foi tão nítida que muitos tiveram que me conhecer outra vez. Quem vos fala hoje é uma mulher que sabe bem o que deseja, qual caminho irá seguir e o que é preciso para alcançar seus objetivos.

Gostaria de agradecer a minha mãe por ser uma pessoa incrível e tão temente a Deus. Se eu entrei na graduação e me formei foi graças às orações dela, à persistência e à sua visão magnífica. Mulher cuja sabedoria e humildade são admiradas. Obrigada por sempre acreditar, orar e zelar por mim, por sempre estar comigo e sempre ser a melhor mãe que Deus me deu!

Também agradeço ao meu pai. Ele também sonhou com este momento e sabe que essa vitória não é só minha. Sua filha única está realizando o sonho de concluir um curso numa universidade de qualidade e federal. Quero agradecer por ter trabalhado em mim a necessidade de ser uma pessoa sonhadora e sempre acreditar que eu sou capaz de realizar todos os meus sonhos. É o melhor pai que Deus poderia ter me dado!

Aos amores da minha vida, minha avó Edna, meu avô José Antônio e José Viana desejo agradecer por serem minha base, meu tudo e a razão do meu viver. Amo vocês mais do que a mim mesma. Muito obrigada por cuidarem de mim e em todas as orações pedirem a Deus a minha vitória.

Também agradeço a Deus pela minha amiga Tainara. Ela é como uma irmã para mim, por ter estado presente em todos os momentos importantes nos últimos três anos. Ela acreditou, apoiou, me incentivou, fez tudo que estava ao teu alcance e sentiu minhas dores quando as coisas não estavam acontecendo como eu gostaria. Pelas orações e por todas as horas do dia me ouvindo falar sobre o como eu precisava terminar esse trabalho e encerrar um ciclo na minha vida para que eu pudesse começar outro, te agradeço tainara. Só nós e Deus sabemos como é importante esta data, porque quem semeia com lágrimas aos pés do nosso Senhor Jesus Cristo tem a certeza que a colheita será sorrindo.

A minha amiga Fernanda (Nananda) por ter estado tão perto, mas tão perto, a ponto de nos sentirmos e pensarmos nas mesmas coisas no mesmo momento. Partilhar dessa conexão é para poucos e me fez sentir como se perdesse um pouco da minha privacidade, pois ela sabia bem tudo o que se passava. Obrigada pelo apoio para terminar esse trabalho, por ter orado e por dedicar horas e mais horas do seu tempo me ajudando. Minha neguinha, nem nos nossos melhores sonhos poderíamos imaginar que viveríamos tudo o que vivemos ao longo desse um ano. Obrigada por me apoiar a lutar pelo aquilo que eu amo.

Agradeço à Yonne por todas as chamadas de vídeo me incentivando, à Isabel, pois mesmo estando longe fisicamente nossa fé nos conecta e nos faz sentir que estamos perto. Ao meu primo Bryan por sempre mandar boas energias e me animar e à Glayce deixo meu muito obrigada por também ter passado essa fase ao meu lado, por todo trabalho que você teve e por estar ao meu lado até o momento em que aguentou.

Aos meus familiares que no ano de 2019 vieram no 27 de setembro, final de semana, para minha colação, o baile e meu aniversário. Foi perfeito ter vocês ao meu lado vibrando num final de semana cheio de luz, amor e felicidade. Também agradeço a Sonia Britto por estar tão presente e ser uma amiga para todas as horas. Eu Amo muito vocês!

Meus amigos da faculdade Simone, Zulmira, Jackson e Santinho, que sabem bem como esse processo foi difícil, pois também vivenciaram essa situação, agradeço por ficarem felizes com minha conquista tão importante.

Ao Thiago Eugênio agradeço por desde meus 15 anos ter me apoiado a

estudar, a ter independência financeira, por ter sido meu namorado, meu noivo, meu esposo e meu amigo. Esteve ao meu lado no início e está no final deste ciclo porque Deus não une pessoas, Ele une propósitos. Quando propósitos se encontram não importa se faz uma hora, dez dias ou onze anos: é por toda vida.

Agradeço aos profissionais que trabalham no Núcleo de Assuntos Comunitários Estudantis (NACE), por toda interação, aprendizado e troca de experiência. Neste lugar tive o prazer de ser bolsista e estagiária ao longo de dois anos!

Agradeço à minha orientadora Virgínia Carrara por ter sido uma das pessoas que fez com que os meus olhos brilhassem no primeiro mês no curso. Por ser uma mulher e uma profissional inspiradora, paciente e animada para tratar de uma temática diferente da sua linha de pesquisa. Nunca mais tomarei uma xícara de chá sem que não me lembre de você. Obrigada Virginia!

Agradeço de coração às professoras Adriana Mesquita e Sheila Almeida por aceitarem compor a banca que avaliou meu trabalho de conclusão de curso. Vocês não imaginam o quanto é importante para mim tê-las aqui comigo.

Quero agradecer aos que forma direta e indiretamente possibilitaram a minha inserção e permanência na universidade. Além desses, agradeço a todas as pessoas assim como eu, que sofreram racismo na universidade fazendo com que esse processo se tornasse mais árduo do que deveria ser. Esse trabalho se estende a vocês.

Por último, não menos importante, agradecer a mim mesma por não ter desistido, por ter lutado como uma guerreira que sou e ter sido forte em muitos momentos em que sofria de preconceito e racismo.

EPÍGRAFE

Dálete

*A minha alma está pegada ao pó;
vivifica-me segundo a tua palavra.*

Meus caminhos te descrevi, e tu me ouviste; ensina-me os teus estatutos.

*Faze-me entender o caminho dos teus preceitos; assim falarei das tuas
maravilhas.*

A minha alma consome-se de tristeza; fortalece-me segundo a tua palavra.

*Desvia de mim o caminho da falsidade, e concede-me da verdade; propus-me
seguir os teus juízos.*

Apego-me aos teus testemunhos; ó Senhor, não me confundas.

*Correrei pelo caminho dos teus mandamentos, quando dilatares o meu
coração.*

Salmo 119-25.

RESUMO

O presente trabalho se propôs a realizar uma coleta de dados e um processo de investigação em torno da questão racial nas monografias ou trabalhos de conclusão de curso expostas em plataformas digitais das instituições de ensino: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e Universidade Federal Fluminense - UFF com o intuito de investigar o indicativo de existência de trabalhos que tratam a existência de racismo institucional de acordo com os reflexos da estrutura racista presente na sociedade capitalista. O desenvolvimento do trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa por meio de estudo bibliográfico e documental, partindo da análise acerca da questão racial como uma base necessária para o desdobramento do modo de produção capitalista, um panorama geral sobre a política de educação bem como seus rebatimentos no ensino superior e o papel do Estado no Brasil. Foram aprofundadas as categorias de raça, racismo estrutural e institucional para construção da análise de dados de acordo com os trabalhos encontrados.

Palavras-Chave: Questão Racial, Racismo Estrutural, Ensino Superior e Racismo Institucional.

ABSTRACT

The present work carries out an investigation process around the racial issue in the monographs or course conclusion papers exposed on digital platforms of the educational institutions: Federal University of Ouro Preto - UFOP, Federal University of São Paulo - UNIFESP and Fluminense Federal University – UFF to an indication of the existence of papers about institutional racism according to the reflections of the racist structure present in capitalist society. The development of the work carries out from qualitative research through bibliographic and documentary studies. The research starts from the analysis of the racial issue as a necessary basis for the unfolding of the capitalist system. Considered an overview of how education policy has impacted higher education and the role of the State in Brazil. The categories of race, structural and institutional racism deepened to build the data analysis according to the works found.

Keywords: Racial Issue. Structural Racism, Higher Education e Institutional Racism

LISTA DE TABELAS

Sumário

Digite o título do capítulo (nível 1)	1
Digite o título do capítulo (nível 2)	2
Digite o título do capítulo (nível 3)	3
Digite o título do capítulo (nível 1)	4
Digite o título do capítulo (nível 2)	5
Digite o título do capítulo (nível 3)	6

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais De Ensino Superior
BM	Banco Mundial
CUNI	Conselho Universitário
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DESSO	Departamento de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
NACE	Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis
PAA	Política de Ação Afirmativa
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRACE	Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROUNI	Programa Universidade Para Todos

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC's	Trabalho de Conclusão de Curso
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, QUESTÃO RACIAL E AS PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO NO PAÍS	9
1.1 O CONTEXTO RACIAL: AS ORIGENS DA DESIGUALDADE	9
1.2 A EXPLORAÇÃO DO NEGRO E PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	17
2 CAPÍTULO II - ENFRENTAMENTOS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO NEGRA	24
1.1 OS DESOBRAMENTOS DO RACISMO E AS LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	24
1.2 DESIGUALDADE RACIAL - REGIÃO DOS INCONFIDENTES DE MINAS GERAIS: A cidade de Ouro Preto-MG e Mariana-MG	35
1.3 A ATUAL ECONOMIA LOCAL EM FACE DO PERFIL RACIAL: DESIGUAL	40
1.4 LEIS EDUCACIONAIS: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ATÉ A LEI DE COTAS	43
3 CAPÍTULO III - RACISMO NO MUNDO ACADÊMICO: UM TEMA PARA SE DISCUTIR NA UNIVERSIDADE?	48
1.5 BREVE HISTÓRICO SOBRE A UFOP, UFF E UNIFESP - O DEBATE RACIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	50
1.5.1 Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	50
3.1.1 Universidade Federal Fluminense – UFF	53
3.1.2 Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	55
3.2 APRESENTAÇÃO DOS LEVANTAMENTOS DOS TCC's: UFOP, UFF E UNIFESP	57
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	60

3.4 AS LACUNAS NA PRODUÇÃO DE TCC's SOBRE RACISMO INSTITUCIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFOP, UFF E UNIFESP	92
4 CONSIDERAÇÕES	FINAIS 95
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

A inquietação com a questão racial teve fundamento a partir de um cartaz que estava exposto no ano de 2019 na entrada do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS, localizado na cidade de Mariana MG que compõem uma das unidades de ensino da UFOP onde situam-se os cursos de Pedagogia, História e Letras. No prédio REUNI, parte integrante desse local, constava a seguinte afirmação: “A UFOP É RACISTA”.

Inicialmente este projeto visava compreender a existência de expressões do racismo na UFOP, bem como analisar qual era o real sentido deste cartaz. Havia a necessidade de entender como e o porquê destes alunos afirmarem que tal universidade era racista.

O projeto formulado em meados de 2019 pretendia discutir o protagonismo negro dentro da Universidade Federal de Ouro Preto e suas relações nesse espaço que há poucos anos era restrito a uma elite majoritariamente branca. Se por um lado o acesso foi democratizado pela política de ações afirmativas (12.711/2012), por outro, urge a necessidade de romper com os pensamentos que limitam e segregam essas pessoas, buscando um debate que identifique, discuta e elimine posturas e pensamentos racistas.

A pesquisa se daria por meio de questionário a partir do formulário do Google, abrangendo apenas os alunos do 8º período dos cursos de graduação dos três campus; Ouro Preto-MG, João Monlevade, Mariana da Universidade Federal de Ouro Preto, com o intuito de que a comunidade acadêmica tivesse a oportunidade de expressar suas opiniões e refletir acerca do seu lugar de fala frente ao racismo institucional. Para isso, por meio de questionário, buscava analisar relatos de alunos autodeclarados negros a partir das seguintes questões: “se já sofreram racismo na instituição”, “como se deram essas manifestações entre os alunos” e “se já sofreram racismo por serem oriundo de cotas”.

Como é de conhecimento mundial, no início de 2020 vivenciamos um cenário novo onde estamos até os dias atuais, a pandemia do Covid-19 alterou toda a rotina das pessoas e com isso vários setores e departamentos das mais diversas instituições tiveram que parar. As universidades também fizeram parte deste grupo, não tínhamos aulas presenciais e nem online. Um cenário de medo, inseguranças, de adoecimento físico e mental.

Diante dessa nova realidade foi necessário buscar um novo meio de trabalhar a questão racial, pois devido a fatores pessoais e interpessoais tornou-se inviável dar continuidade ao estudo pela sua complexidade e a necessidade de aplicação de questionário.

Sendo assim, a presente pesquisa agora desenvolvida neste documento, teve como objetivo realizar um levantamento exploratório sobre o tema relações étnico-raciais estudado nos Trabalhos de Conclusão de Curso na área do Serviço Social nas Universidades Federais: UFOP, UFF, E UNIFESP, situadas na região sudeste.

A escolha dessas três universidades partiu do critério relacionado à participação destas unidades formativas no Projeto de Extensão Interinstitucional denominado como: “Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo no Cotidiano Profissional”, que se iniciou em setembro de 2020. Já que está havendo um debate nestas três instituições sobre o racismo, fez com que houvesse um interesse em buscar realizar uma pesquisa sobre o que está sendo produzido nos trabalhos de conclusão. O projeto é realizado de forma remota, devido a atual situação de pandemia do Covid-19, tendo ampliado a abrangência de participação de assistentes sociais e estudantes de serviço social em nível nacional. A inscrição foi realizada através de um formulário online, que foi divulgado através do Instagram do projeto e teve como critério de seleção dos/das inscritos: a região, o quesito raça/cor, e o conhecimento sobre a temática.

Neste ano de 2021, está sendo realizada a segunda edição do projeto, com a atual coordenação integrada por docentes negras que são referências na temática tais como Dra. Adriana Mesquita da UFOP; Dra. Márcia Eurico da UNIFESP e a Dra. Jussara de Assis da UFF. Atualmente o projeto conta com a participação de 60 estudantes. Iniciativas como essa são fundamentais para contribuir com a formação continuada e ampliação do debate em torno da questão racial.

O interesse por essa temática, parte de motivações pessoais enquanto mulher negra da classe trabalhadora e estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Sou ingressante pela política de ação afirmativa (PAA) cotas raciais¹. Devido a minha identidade racial, de gênero e contexto social vivenciei uma série de dificuldades para ingressar e permanecer no curso da UFOP. Diante disso, as dificuldades de acesso às informações e às oportunidades, que por vezes me foram negadas por ser uma mulher negra e de escola pública, me

fizeram refletir sobre a inserção de pessoas como eu no ambiente acadêmico, visto que existe uma expectativa e perfil idealizado de aluno(a) universitário que muda e afeta o projeto acadêmico do aluno negro e pobre.

O debate dentro da categoria tem sido realizado pela profissão desde o final da década de 70. O mesmo ocorre em seminários e por meio de entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e do Conselho Federal de Serviço Social, além dos demais espaços, que contribuem para a ampliação do debate através de pesquisas, artigos e produções acadêmicas. Assim, o processo de formação, bem como a atuação tem se deparado com a questão étnico-racial.

Entretanto, ressalto que mesmo através dessas mobilizações, ainda há lacunas sobre debates racializados no processo de formação que impactam no âmbito da intervenção e atuação profissional. Nesse aspecto, destaco que no curso de Serviço Social da UFOP, dentro do meu processo de formação, havia apenas uma eletiva que discutia sobre a questão étnico-racial intitulada como “Raça/etnia, gênero e sexualidades”, que por vezes deixou de ser ofertada. Sobre isso, no texto “Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico-racial” da ABEPSS (2017-2018), há a discussão em torno dessa lacuna, na qual são colocados os desafios e a necessidade em pautar essa temática no processo de formação.

Buscando superar a lacuna em torno da discussão étnico-racial é que pautamos a necessidade do estudo dessa temática no processo de formação e suas implicações ao exercício profissional (ROCHA, 2009). Por isso, coadunamos com as questões apontadas por Rocha (2009) ao perguntar: a ausência do debate étnico-racial nos currículos acadêmicos compromete a formação e o exercício profissional que combata práticas discriminatórias e preconceituosas? O desconhecimento das expressões da ideologia do racismo reforça práticas racistas? Quais as dificuldades das assistentes sociais diante do racismo institucional e as violações de direitos decorrentes do racismo? (ABEPSS, 2018, p. 11).

O debate racial vem ganhando aos poucos expressão e força no curso de Serviço Social da UFOP diante de uma matriz curricular que tem sido repensada para inserir e ampliar o debate em torno da questão racial.

No período de pandemia, de forma remota, foram realizadas pelo Departamento de Serviço Social (DESSO) no mês de outubro de 2020, nos dias 22 e 29, oficinas no Grupo de Trabalho: “Formação Social Brasileira”, com a participação de docentes convidadas, sendo a Dra. Cristiane Sabino e Dra. Ana Paula Procópio,

que são referências no debate, para contribuir na reformulação da matriz curricular em consonância com as leis nacionais e diretrizes da ABEPSS. Além disso, em 2020 e no ano de 2021, também tem sido ofertado de forma remota pelo departamento DESSO da UFOP, juntamente com o departamento de Serviço Social das universidades UFF e UNIFESP, por meio de uma ação interinstitucional, o projeto de extensão “Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo no Cotidiano Profissional”, com o total de 60 vagas para profissionais e estudantes.

Diante dos desafios da profissão em ampliar a discussão, tendo em vista ainda as poucas produções sobre a temática, a fim de ressaltar a importância dessa discussão para o Serviço Social, há a necessidade em realizar e produzir pesquisas em torno da questão étnico-racial, como uma forma de compromisso com o projeto ético político da profissão. Torna-se necessária a formação contínua, e uma formação crítica para contribuir na perspectiva do debate e de uma sociedade antirracista.

No que se refere ao local onde a UFOP se situa, destaca-se que a população é majoritariamente negra presente na cidade e nos subdistritos. Isso ocorre pois, historicamente, esta era a região em que a exploração mineral ocorria com mão de obra escrava. Dessa forma, a população dessa região ainda vive e permanece sob as diversas condições de desigualdade, provenientes do modo de produção capitalista associado ao trabalho escravo, sendo esta forma de mão de obra anterior ao sistema capitalista.

Deste passado histórico tem-se os impactos da questão racial e os desdobramentos dessa dinâmica no mercado de trabalho e sistema educacional vigente atualmente. A principal atividade econômica dessa região é a mineração, sendo esta feita por empresas que possuem o monopólio privado na produção e exportação do minério de ferro que ocorre através da intensa exploração da mão de obra assalariada e por meio da extração dos recursos naturais. Esta forma de trabalho serve ao propósito de abastecer o mercado internacional, efetivando assim, o lucro no exterior, “da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigentes no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção.” (MARINI, 2012, p. 52).

Após reconhecer o contexto histórico de onde situa-se a Universidade Federal de Ouro Preto, fica clara a importância dessa pesquisa que apresenta uma análise acerca da produção de conhecimento sob as lacunas da temática do racismo institucional nos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social, bem como a

importância de debater e produzir conhecimentos referentes ao assunto, reafirmando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, bem como o uso dessa produção intelectual para a leitura, reflexão e construção de consciência de classe.

Este trabalho de conclusão de curso baseia-se em uma metodologia bibliográfica, de natureza qualitativa, a partir de fontes primárias de autores como Marx (1953) (1998) (2005) (2013), Fernandes (1972) (1989) (2005) (2008) e Bertollo (2017) para contribuir no debate sobre a formação social Brasileira e conceitos em torno do capitalismo dependente. Para estabelecer a relação do negro com a “questão social¹, utilizou-se autoras/es do Serviço Social sendo Rocha (2009) (2019), Eurico (2011) e Almeida (2018) (2019), e de outras áreas como, Quijano (2005), Moura (1977) (1983) (1988) (2014), Abdias (1980) (2005) (2017) dentre outros que estudam a temática.

O primeiro capítulo, foi dividido em dois subtítulos que tratam sobre a formação social brasileira, o capitalismo periférico e o debate racial diante da particularidade brasileira.

No segundo capítulo, aborda-se o racismo estrutural, a exclusão e as desigualdades enfrentadas pela população negra nas instituições, perpassando pelos processos de luta da população negra brasileira e dos movimentos desta, como o Movimento Negro Unificado (MNU); as políticas e as configurações das relações Étnico-raciais na instituição de ensino superior pública, considerada como espaço de produção de conhecimento, a inserção do negro no ambiente acadêmico e como tem sido os avanços em torno do debate da questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social.

No terceiro e último capítulo foi realizado um levantamento dos TCC's encontrados nos repositórios digitais, sendo feita, então, uma análise qualitativa dos documentos a partir de palavras chaves: questão racial, racismo estrutural, ensino superior e racismo institucional. Demarca-se o resultado do caminho percorrido neste estudo, no qual visa responder à hipótese inicial de que há racismo institucional no mundo acadêmico. Essa pesquisa é fundamental para contribuir tanto no que se

¹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a effigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

refere à produção do debate dentro do Serviço Social, quanto para que as instituições possam pensar no estudo da temática para que contribuam com os estudantes negros (as) usuários(as) das políticas de assistência estudantil, quanto para os/as profissionais técnicos e docentes inseridos nesse espaço viabilizando possíveis ações em torno dessa realidade.

1 CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, QUESTÃO RACIAL E AS PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO NO PAÍS

Para compreender a condição do negro na sociedade brasileira, foi realizado um breve resgate histórico do negro na formação social brasileira. O capítulo I traz uma análise a respeito da formação social brasileira, no qual será discutido a particularidade brasileira de capitalismo dependente e a questão racial trazendo tanto a historicidade brasileira quanto local. Esse capítulo foi estruturado em duas seções, sendo que na seção 1.1 será abordado a questão racial e a condição do negro na sociedade brasileira, diante das estruturas capitalistas e racistas que permeiam as relações sociais. No segundo momento, serão tratadas as transformações promovidas pela burguesia que incidiram o contexto de desigualdades raciais. Somando-se ao que foi abordado, foi também apresentado alguns conceitos e discussões sobre a imigração branca com intuito de branquear a população brasileira, o que permite evidenciar nesse cenário traços do racismo. Por último será discutido as transformações decorrentes pós abolição que alterou a condição de trabalho escravo para trabalho livre. Essa realidade reverbera até os dias de hoje, fazendo com que o negro se encontre em uma condição desigual em diversos âmbitos devido a estrutura desse modo de produção capitalista.

1.1 O CONTEXTO RACIAL: AS ORIGENS DA DESIGUALDADE

No que tange o atual cenário econômico, político, cultural e social brasileiro, torna-se importante evidenciar as particularidades do desdobramento da questão social no Brasil e as particularidades da formação social do país, onde há os componentes do escravismo e do capitalismo dependente. Primeiramente “podemos pensar a escravidão como um sistema instituído por circunstâncias econômicas, não

morais, relacionando-se diretamente com a necessidade de produção e desenvolvimento do capitalismo mundial” (GOES, 2018, p.24). Diante disso, destaca-se a diferença histórica considerando que no país não houve o período de organização econômica, social e política denominada como feudalismo (FERNANDES, 2005).

No que se refere ao engendramento da formação social brasileira, torna-se necessário o resgate da diáspora africana que remete à dispersão forçada dos africanos pelo mundo. Assim, por meio do tráfico negreiro, os negros foram escravizados em vários países da Europa, Ásia e América, em um processo de migração compulsória, onde muitos não resistiam à travessia no Atlântico. É importante destacar que “o tráfico negreiro se revelou a grande ferramenta do colonialismo mercantil para capturar a força de trabalho necessária para produção mercantil das colônias” (GOES, 2018, p. 25). Os povos naturais da África foram destruídos pelas nações tidas como “civilizadas”.

A retirada forçada de africanos de seu continente de origem pelos “detentores do poder” implicou na imposição de uma cultura eurocêntrica que invisibilizou e quase se apagou a cultura, religião e identidade dos sobreviventes. O tráfico de escravizados negros, tinha uma natureza econômica “[...] era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com objetivo de lucro” (GORENDER, 1980, p. 137).

No que se refere ao escravismo, a acumulação primitiva no período colonial foi essencial no que se refere ao desenvolvimento das relações capitalistas (MARX, 2013). É importante ressaltar que essa forma de acumulação originária, engendrou as transformações econômicas na Europa ocorridas no período da Revolução industrial.

Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e quebra de sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, 2017, p. 59)

Ressalta-se que, a força de trabalho do negro era essencial como mercadoria e força produtiva para o colonialismo brasileiro, em contrapartida, para o negro, o colonialismo pôde ser considerado como um componente da destruição da identidade, mutilador e estrangulador cultural, conforme Moura (2014):

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas [...] o componente africano [...] que veio consolidar com o seu trabalho, o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (MOURA, 2014, p.175).

O início da formação social brasileira teve como marco a instauração do Brasil colônia entre 1500 e 1822. Conforme Elias (2014):

A colonização é definida por três principais fases: a de instalação do Governo Geral em 1549, marcada por uma política de ocupação do território; posteriormente, o período de predominância na mineração durante o século XVIII e, em seguida, o período de crise deste modelo colonial, determinada principalmente pelas necessidades de expansão da produção capitalista da época. Esta lógica colonial teve como principais características a existência de uma economia sustentada nas grandes propriedades rurais, de uma agricultura predatória e desigual, além do extermínio da população indígena e a construção de uma prática política respaldada na associação dos interesses públicos com os privados (ELIAS, 2014, p. 210).

O sistema colonial não só determinou características essenciais à constituição das classes sociais no país, mas também o padrão produtivo pautado no latifúndio da monocultura tendo em vista a exportação de bens primários, no qual permaneceu inalterado por boa parte da nossa história. “Mesmo que comumente representados no espaço das plantações, os escravizados estiveram em diversas ocupações na sociedade escravista” (GOES, 2018, p.28). Assim, o sistema colonial brasileiro se configurou de forma diferente da história da colonização dos países centrais.

Segundo Novais (1986, p. 32), “[...] a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial”. O desenvolvimento do período monárquico, entre 1822 e 1889, teve como uma das principais características “a expansão da cafeicultura sob o molde agroexportador e a utilização da mão de obra negra escrava até 1850” (ELIAS, 2014, p. 210).

Sobre o direito da “propriedade privada” no Brasil, é importante ressaltar que este se estabeleceu nas primeiras constituições, como a de 1824, antes mesmo de se pensar na abolição da escravidão. A relação de propriedade privada, se deu de modo diferente da dominação burguesa pós revolução francesa, onde traziam consigo o lema (inspirada pelas ideias iluministas), “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”², em

² Sobre a revolução burguesa, onde posteriormente deu início ao Estado liberal “O lema dos revolucionários era: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que resumia os reais desejos da burguesia: liberdade individual para a expansão dos seus empreendimentos e a obtenção do lucro; igualdade jurídica com a aristocracia visando à abolição das discriminações; e fraternidade dos camponeses e

que prosperou em relação a defesa da propriedade privada, enquanto um direito e modo de alcançar a igualdade entre os homens.

Os direitos e as garantias fundamentais positivados não consideravam os escravizados como humanos, sendo assim excluídos dos benefícios pautados em direitos. Assim, “o liberalismo clássico dos direitos individuais, em boa medida, aqui não se aplicou aos trabalhadores, pobres, indígenas e negros, que continuaram sem direitos básicos” (SANTOS, 2009, p. 45).

Destaca-se que antes da abolição, já havia sido sancionada a Lei de 07 de novembro de 1831, que em sua ementa declarava “livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos” (BRASIL, Lei de 07 de novembro de 1831).

Além desta condição histórica, parte-se do “pressuposto” de que a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial, característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (séculos XV e XIX), em que a mão de obra escrava, serviu como um dos princípios de acumulação de capital, através de formas pré-capitalistas de exploração (escravismo).

A necessidade de acelerar a acumulação primitiva de capital através do comércio colonial, fez com que a organização das economias coloniais estivesse baseada em um sistema de exploração que impôs a adoção de formas de trabalho compulsório em seu formato limite, o escravismo (NOVAIS, 1986 *apud* GOES, 2018, p.23).

Dessa forma, a mão de obra do escravo africano no país, mesmo no período onde as relações sociais não fossem tipicamente capitalistas, contribuiu para a acumulação de riquezas e conseqüentemente para a construção econômica, social e cultural da sociedade brasileira. O cenário do século XIX do Brasil, demonstrava uma economia predominantemente baseada na agricultura, sendo a cafeicultura uma organização social e técnica do trabalho baseada na escravatura.

A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão, sem algodão não teríamos indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias; são as colônias que criaram o comércio mundial; é o comércio mundial que constitui a condição necessária da grande indústria mecanizada. Por isso, antes do tráfico negreiro, as colônias não proporcionavam ao Velho

sans-cullotes com o intuito de que apoiassem a revolução e lutassem por ela” (LA BRADBURY, 2006, p. 2).

Mundo senão uns poucos produtos que não teriam mudado visivelmente a face da terra. A escravidão, pois, é uma categoria econômica de enorme importância. Sem a escravidão, a América do Norte, a nação mais progressista, se transformaria num país patriarcal. Se suprimirmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência por completo do comércio e da civilização moderna. Porém, fazer desaparecer a escravidão equivaleria suprimir a América do Norte do mapa das nações. Portanto, a escravidão, por ser uma categoria econômica, existe desde o começo do mundo entre todos os povos. Os povos modernos não fizeram mais do que encobrir a escravidão entre eles e introduzi-la sem disfarces no Novo Mundo (MARX; ENGELS, AUSGEWÄHTE BRIEFE, BERLIM, DIETZ VERLAG, 1953, p. 37).

“A diversificação das economias regionais influenciou nas particularidades da situação de trabalho do escravizado” (GOES, 2018, p. 28). Dessa forma, havia no país escravizados agrícolas, na mineração, no âmbito doméstico, e em espaços urbanos (GOES, 2018; MOURA, 1988; ALBUQUERQUE; FILHO, 2006; GORENDER, 1980).

Antes de adentrar no período da abolição, é importante citar sobre a mudança da estrutura econômica no país, principalmente ocorrida pelo processo interno dos abolicionistas³, a organização dos quilombos⁴ e o processo externo, exercido pela pressão do capitalismo industrial internacional. Diante dessa questão, nota-se os traços de fragilidade e coexistência entre a expansão produtiva e a pressão internacional, na qual influenciaram decisivamente na abolição da escravatura.

A primeira expressão desse cenário de transição foi a Lei 581 de 7 de novembro de 1850, também conhecida como Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico de navios negreiros. Esse momento marca a abertura de um processo que “[...] em vez de comprar o Homem (que podia morrer, adoecer, fugir ou se revoltar) comprava-se a força de trabalho daquele Homem que, em qualquer das hipóteses anteriores, bastava ser trocado por outro” (JACINO, 2008, p.51).

Pode-se dizer que o escravismo tardio no país, demarcado nesse período do fim do tráfico de navios negreiros, que demandou do Estado posteriormente o fim da escravidão, conforme Procópio (2017) “está localizada a origem das estratégias de dominação que ressignificadas perduraram no pós-abolição, dando a forma

³ “O movimento abolicionista era bastante heterogêneo, composto por escravizados, negros libertos, juventude estudantil, políticos liberais e até mesmo fazendeiros, atraindo tanto setores da elite intelectual branca, quanto intelectuais negros e até mesmo negros escravizados, caracterizando a não unidade no pensamento e estratégias de ação dos grupos atuantes” (GOES, 2018, p.33).

⁴ “O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. [...] Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais plantando a sua roça, constituindo suas casas reorganizando, a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa” (MOURA, p.87).

contemporânea das particularidades do racismo brasileiro” (PROCÓPIO, 2017, p.27).

Em meio a esse processo do escravo na condição de mercadoria, demarcado por experiência de violências e torturas aos que resistiam às piores condições de vida, onde:

a superexploração do escravo, que prolonga sua jornada de trabalho mais além dos limites fisiológicos admissíveis e redundando necessariamente no esgotamento prematuro, por morte a incapacidade, só pode acontecer, portanto, se é possível repor com facilidade a mão de obra desgastada (MARINI, 2005, p. 158-159 apud PIMENTEL, 2020, p. 37).

Ressalta-se que boa parte dos escravizados, não resistiam às viagens dos navios negreiros, devido às más condições e doenças a qual estavam acometidos. Além disso, diante da superexploração vivenciada, morriam jovens. Segundo Goes (2018):

[...] as condições internas dos navios, que chegavam a abrigar cerca de 500 cativos, eram precárias e insalubres. Durante o percurso, que poderia durar de 40 a 50 dias nas viagens mais rápidas, muitos padeciam de doenças e acabavam morrendo; outros cometiam suicídio (ALBUQUERQUE E FILHO 2006, apud GOES, 2018, p.26).

Com essa frequência de viagens por meio do tráfico para substituir os escravizados, “o Brasil foi o país com o maior fluxo de importação de mão de obra escrava, cerca de 4 milhões de pessoas desembarcadas de navios negreiros nos portos brasileiros (ALBUQUERQUE E FILHO 2006, apud GOES, 2018, p.25)

Cabe refletir que, mesmo após 1850 com o fim do tráfico dos navios negreiros, a escravidão, se refletiu de forma extensa até o período imperial, com a promulgação da Lei Áurea, (Lei nº 3.353) em 1888⁵.

Se considerarmos uma população escrava de dimensões dadas, verificamos que, ao invés da criação de uma superpopulação relativa, o mecanismo econômico age tendencialmente no sentido da diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez. (...) No terço de século em que o escravismo perdurou após a cessação do tráfico africano, (...) a lei da população escrava impôs o reajuste interno do sistema escravista brasileiro, de tal maneira que as regiões de economia decadente passaram a fornecer escravos às regiões de economia florescente. (...) A consequência inevitável não foi senão o fluxo de escravos das regiões menos prósperas ou decadentes em direção à região mais próspera, ou seja, a região cafeeira (GORENDER, 1980, p. 320- 325, apud PIMENTEL, 2020, p,40).

⁵ “A história foi escrita de modo que a Lei Áurea, Decreto Imperial de número 3353 de 13 de maio de 1888, serviu para ocultar todos os processos de luta e resistência negra desde o início da colonização que foram determinantes para a derrocada do escravismo brasileiro. A escravidão e, para alguns, a monarquia eram dois elementos que retardavam o desenvolvimento do país, politicamente era preciso instaurar a república, economicamente, o capitalismo” (JACINO, 2008 apud GOES, 2018, p.33).

A abolição, não trouxe consigo uma liberdade ideológica e nem foi sinônimo de melhores condições, sendo sancionada devido a necessidade de uma força de trabalho assalariada para concretizar o consumo, sendo umas das formas de garantir a expansão e acumulação de capital. “O capital que outrora foi acumulado pelo trabalho escravo nas lavouras de monocultura, agora permite a penetração do trabalho livre e transforma-se em capital industrial” (JACINO, 2014 apud GOES, 2018, p.32).

Diante disso, é importante desmistificar o real intuito da abolição da escravidão, conforme Gonzalez (1988):

E promover a reflexão crítica de toda a sociedade sobre significado de uma lei que aboliu juridicamente a escravidão, mas permitiu a manutenção de relações de trabalho em bases escravistas quando não instituiu nenhuma proteção social para os ex-escravizados, “para que possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam (GONZALEZ, 1988, p. 12).

No Brasil, a substituição da mão de obra escrava pela livre, branca e europeia, se deu principalmente pois “o negro e o índio passaram a representar o atraso e por isso a necessidade de serem substituídos pelo branco europeu, dotado de civilidade e inteligência para construir um país moderno e industrializado” (GOES, 2018, p.34).

O Brasil terá que render-se assim à utilização da mão-de-obra livre. Porém, as características estruturais da periferia condicionavam o processo de transição do sistema de trabalho escravo para um futuro baseado em trabalhadores livres. Era preciso manter a situação das elites, tendo-se, no entanto, que levar em conta a fuga de excedentes em direção ao Centro através da troca desigual. O sistema de trabalho “livre” por excelência é o sistema de assalariamento. Nele, o trabalhador, dono de sua força de trabalho, vende esta mesma a um capitalista que em troca lhe paga um salário, preço pago pelo direito de uso dessa força de trabalho (SILVA, M, 2013, p.80).

Destaca-se que o fim da mercadoria escrava se deu a partir de alguns aspectos, principalmente relacionados ao prejuízo e esgotamento da organização econômica (GOES, 2018). O modo de produção capitalista, a sua expansão e desenvolvimento, foram realizadas a partir do momento que o trabalhador/a foi transformado em “livre” para vender a sua força de trabalho como se fosse uma mercadoria. Assim, a partir do movimento histórico de transição, o trabalho ganhou novos determinantes na sociedade capitalista onde o trabalho, conforme MARX (2005) torna-se tão-somente

um meio de garantir a satisfação das necessidades vitais do ser humano (MARX, 2005).

É importante destacar que no período de pós-abolição os negros deixaram de ser responsabilidade do senhor do engenho e passaram a mercê do Estado, sendo que o negro na condição de livre não se igualava ao branco. “A bandeira da igualdade não foi levantada para todos, invisibilizando as diferenças e desigualdades que são elementos constituintes da fundação do Estado brasileiro” (GOES, 2018, p, 35).

Assim, apesar da mão de obra formalmente “livre”, no aspecto de ter a “opção” de vender a força de trabalho para quem desejar, a classe trabalhadora e conseqüentemente o/a trabalhador/a negro, continuou sendo reduzido a uma mercadoria subordinada à condição de exploração para garantir a sua subsistência. Destaca-se que, nesse processo, ao vender no mercado sua força de trabalho, o/a trabalhador/a recebe em troca um salário (cujo valor é estabelecido através de um contrato) concedendo ao/à empregador/a o direito de explorar seu trabalho por uma jornada de tempo determinada que, em regra, é suficiente para o/a capitalista obter um valor que excede o inicialmente investido na produção, uma vez que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar valor no decorrer do processo (re)produtivo (MARX, 2005).

Desse modo, é importante afirmar que nesse processo de mão de obra livre “[...] a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real [...]” (MARINI, 1969, p. 116) Além disso, através dessa organização, há uma falsa “igualdade” promovida entre negros e brancos, homens e mulheres onde:

Aparentemente, para alguns, o negro agora na condição de homem livre iguala-se ao branco. Instaura-se a ideologia liberal, onde, pela lógica, homens e mulheres ao possuírem liberdade, possuem também as mesmas oportunidades para superar sua condição subalterna na sociedade (GOES, 2018, p.35).

Porém, mesmo após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no modo de produção capitalista, é necessário evidenciar a questão racial subjacente, onde os escravos libertos na condição de assalariados não tiveram nenhum suporte do Estado, representando um “abandono” constituído como um projeto da classe dominante.

O abandono da população negra no pós-emancipação é mais do que não escutar suas dores da escravidão – e, até mesmo, mais do que abandono. Trata-se de projeto genocida do povo negro. Como que uma tragédia de

tamanho porte, sem dúvida a maior tragédia provocada pela história da humanidade de modo racionalizado, não seja tratada como lesa humanidade? Só há uma resposta: a destituição da pessoa negra de humanidade como foi feita pelas bulas papais. Não falar disso, não tratar o problema, não o enfrentar, é permanecer sob os fundamentos da bula papal que destituiu de humanidade as pessoas negras (MARTINS e SILVA, 2020, p.37).

Sofrendo com a não reparação, exclusão e dificuldade de inserção no mercado de trabalho e nos demais espaços em que os trabalhadores negros:

[...] foram estigmatizados, paulatinamente afastados do mercado de trabalho e relegados aos setores de menor importância econômica, com pior remuneração e menos valorizados socialmente. Expulsos dos espaços urbanos que ocupavam, tinham, ainda, de disputar o “trabalho de negro”, com brancos brasileiros empobrecidos, caboclos expulsos do campo para as cidades e estrangeiros que por alguma razão não foram absorvidos na indústria e nos serviços modernos (JACINO, 2009, p. 25).

Assim, “podemos compreender a escravização em seu sentido mais amplo, profundamente engendrado ao projeto burguês de expansão capitalista e, portanto, constituindo-se como base estruturante desse sistema” (GÓES, 2018, p.27).

Diante dessa condição desigual presente desde a colonização, torna-se necessário pautar sobre as particularidades brasileiras relacionadas ao desenvolvimento do país, bem como as estruturas que contribuíram em relação ao lugar atribuído à população negra na história.

Destaca-se que as estruturas presentes e os aparatos ideológicos, principalmente produzidos no âmbito acadêmico científico, contribuíram de forma desfavorável no processo de naturalização do racismo estrutural.

1.2 A EXPLORAÇÃO DO NEGRO E PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Ao se tratar de particularidades, é necessário retomar sobre a consolidação da burguesia brasileira que se definia como “revolucionária, democrática e nacionalista”, nascida de uma oligarquia e com essência rural, conservadora e particularista (FERNANDES, 2005). A sua verdadeira face era reacionária e ultra conservadora, dentro da tradição do “mandonismo oligárquico”. Possuía um “espírito modernizador”, com uma constante reposição/atualização do passado, onde se moderniza trazendo um discurso de um desenvolvimento “civilizatório”, mas sem perder seus vínculos

originários advindas da colônia e do período neocolonial (FERNANDES, 2005).

Desse modo, Fernandes (1972) apontou características específicas da formação social brasileira, onde o sistema de colonização junto com a dominação externa durante os séculos XVI, XVII e XIX, vivenciado por quase todas as nações latino-americanas, “foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado "antigo sistema colonial" (FERNANDES, 1972, p.13).

Diante da economia desenvolvida no país, articulada com a dinâmica da economia internacional, no período pós-abolição da escravidão no Brasil, destaca-se que os países da América Latina serviram de estrutura para o desenvolvimento em diversos âmbitos dos países centrais. Conforme Marini (2000):

Forjada ao calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancária da Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. [...estes] começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de divisas (MARINI, 2000, p. 107-108).

A incorporação do capitalismo no país, se deu através do colonialismo e do neocolonialismo que agora se transformou no capitalismo dependente, de economia periférica da América Latina, de acordo com novos padrões de dominação externa, presentes nos países da Europa e Estados Unidos. É importante destacar que o capitalismo latino-americano está organizado de forma não autônoma e, portanto, dependente, onde o controle da economia periférica passou a ser vital para o desenvolvimento do capitalismo dos países centrais. Ou seja, as formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, do país, seguiram coexistindo ao desenvolvimento do capitalismo no país (FERNANDES, 1972).

O caráter conservador se manteve em meio a modernização do país, uma vez que este não rompeu com a condição de “atraso”, mantendo as características de latifúndios, exportação e poder político.

A permanência do latifúndio, o papel de país agroexportador, exportador de

matérias-primas, o poder político exercido pelas oligarquias rurais e o caráter autárquico da burguesia brasileira, se tornaram expressões significativas desta realidade” (ELIAS, 2014, p. 212).

Outra particularidade se dá em relação à falta de separação entre o âmbito estatal e privado, onde a burguesia se utilizou dos espaços e cargos públicos para o benefício individual e privado. O estado burguês, utiliza-se de mecanismo de dominação e coerção físico ou político-ideológico, onde “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12). Dessa maneira, pode-se afirmar que o Estado possui os aparelhos privados de hegemonia. Além disso, há uma coerção para efetivar o equilíbrio entre força e consenso, por meio de mecanismos no qual a classe dominante detém, como o monopólio legal da força da repressão e da violência (como um exemplo a polícia) (MARX, 2005).

Se antes os escravizados estavam em constante vigilância pelo senhor do engenho, agora, a polícia por meio do Estado passou a executar esse papel. Assim, o Estado obteve um grande papel no que se refere à formação social brasileira, para qual contribuiu na influência e manutenção dos âmbitos sociais, políticos e econômicos, incluindo o que se refere a ampliação e retrocessos.

O agravamento das expressões da “questão social”, diante dos diversos conflitos, era criminalizado, sendo tratados pelo Estado com grande repressão. No país decorreram-se processos antidemocráticos e de grande exclusão da classe trabalhadora (principalmente do proletariado negro) dos processos políticos e decisórios do país. No que se refere à formação da classe trabalhadora no país:

sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, caracterizada historicamente pela condição de superexploração, pela ausência de garantia de direitos, pela cultura da subserviência e do autoritarismo por parte do Estado e da burguesia, os quais ocasionaram diversas dificuldades à organização sindical autônoma (ELIAS, 2014, p. 213)..

Diante dessa distinção, nota-se as diversas consequências para a formação das classes sociais no país desde antes da transição do escravismo para o sistema capitalista, sendo que:

Não é casual que a abolição da escravidão negra tenha demorado tanto na nossa história. A burguesia tratou de encaminhar e controlar as mudanças consideradas mais prementes. Quando a situação o exigia, ela promovia transformações - se possível limitadas e lentas - e sempre, de “cima” para

“baixo”, excluindo a participação mais ativa das camadas populares (uma participação que poderia aprofundar as modificações, introduzindo rupturas históricas) (KONDER, 2000, p.81).

A burguesia nacional combina a adaptação tanto “às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno” quanto “às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349). Desse modo, a burguesia nacional, promoveu as transformações políticas, sociais e econômicas de modo lento, com uma hierarquização de “cima” para “baixo”, onde excluía boa parte das camadas populares (KONDER, 2000).

Por meio do desenvolvimento urbano e tecnológico dos países centrais, o crescimento das suas economias demanda cada vez mais as matérias primas dos países periféricos. Os "sistemas de produção" da América Latina, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários sempre foram impostos de fora e seguiram os padrões da "civilização ocidental", primeiros liderados pelo colonialismo e neocolonialismo europeu e depois pela influência do capitalismo europeu seguido pelo do norte-americano.

A predominância da economia agroexportadora foi demarcada durante o período da República Velha (1889-1930), sendo este um dos marcos do início da superexploração da força de trabalho⁶ livre no país (ELIAS, 2014). Sendo a superexploração rebatida de forma diferente em um país periférico submetido ao capital dos países imperialistas onde as refrações da classe trabalhadora (negros, mulheres e jovens) do Brasil, vivenciaram situações diferentes dos trabalhadores marginalizados dentro dos países capitalistas avançados. Diante de uma nova divisão internacional do trabalho, em meio ao crescimento fabril, Galeano (2012, p. 199) afirma:

O crescimento fabril da América Latina, em nosso século, foi determinado no exterior. Não foi gerado por uma política planejada e direcionada ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da erupção de conflitos internos, já “superados”, entre os terratenentes e um artesanato nacional que morreu pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para responder ao agudo desequilíbrio provocado pela

⁶ “As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 1967, p. 91, apud FRANKLIN, 2019, p. 690).

queda do comércio exterior. De fato, as duas guerras mundiais e, sobretudo, a profunda depressão que o capitalismo sofreu a partir da explosão da sexta-feira negra de outubro de 1929, causaram uma violenta redução das exportações da região, e em consequência fizeram cair, também de repente, a capacidade de importar. Os preços internos dos artigos industriais estrangeiros, subitamente escassos, subiram verticalmente. Não surgiu, então, uma classe industrial livre da dependência tradicional: o grande impulso manufatureiro proveio do capital acumulado em mãos dos terratenentes e dos importadores. (...) Os fazendeiros do café aplicaram na industrialização de São Paulo boa parte de seus capitais acumulados no comércio exterior: “Diferentemente da industrialização nos países desenvolvidos”, diagnostica um documento governamental, “o processo da industrialização brasileira não se deu paulatinamente, inserto num processo de transformação econômica geral. Foi um fenômeno rápido e intenso, que se sobrepôs à estrutura econômico social preexistente sem modificá-la por inteiro, dando origem às profundas diferenças setoriais e regionais que caracterizam a sociedade brasileira” (GALEANO, 2012, p. 199).

Há de se pensar no período industrial no século XIX nos países centrais em face desse mesmo período no Brasil ainda ser de uma economia escravista. Conforme Fernandes (2005), ressalta-se que primeiramente “no conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao ‘burguês’ pois a elite agrária vivenciada no período colonial, se diferenciava do denominado “burguês”. O capitalismo só foi possível a partir da independência do país e em meio a crise do sistema colonial:

O ‘burguês’, que nascera sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma (FERNANDES, 2005, p. 36).

A transição para o modo de capitalismo periférico, existente no país, não representou uma “revolução burguesa clássica”⁷ ou seja, uma “revolução nacional e democrática”, como ocorrido nos países centrais. Porém, esse modo de produção capitalista no país, também possibilitou o desenvolvimento da dominação burguesa externa (FERNANDES, 2005).

⁷ “Em seu desenvolvimento histórico concreto, a revolução burguesa conheceu dois modelos distintos. O primeiro foi o das revoluções denominadas clássicas – como a Revolução Francesa, quando a burguesia dirigiu a luta do conjunto do povo (pequena- burguesia urbana, proletariado, camponeses e pequena nobreza) contra a aristocracia feudal. A sua ação política foi o estopim para a eclosão de uma revolução camponesa que pôs fim aos privilégios feudais e aos latifúndios. Embora isto não estivesse nos seus planos iniciais e, em muitos casos, foi realizado à sua revelia. O segundo modelo de revolução burguesa, que Lênin chamou de “Via Prussiana”, engendrou um outro padrão de aliança de classes. Esta idéia nos é apresentada em O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. Nele, escreve: “Existe somente o caminho de desenvolvimento burguês para a Rússia. Mas as formas podem ser duas” (BUONICORE, 2005, p 31-35).

De acordo com Fernandes (2005, p. 252): “sob o capitalismo dependente a Revolução burguesa é difícil - mas é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa “. Assim, é importante destacar o papel da burguesia de um país de capitalismo dependente neste processo, já que é subordinada aos ditames dos monopólios e do imperialismo.

A divisão internacional do trabalho desenvolve a exploração do trabalho de forma mundializada, segregando e intensificando uma superexploração que atinge a classe trabalhadora destes países de capitalismo dependente e suas frações dos grupos mais vulneráveis e marginalizados (FERNANDES, 2005).

O desenvolvimento e ampliação da acumulação dos países centrais, foi possível às custas do fornecimento de bens primários para a subsistência dos trabalhadores assalariados, sendo proporcionado em grande parte pelos países da América Latina (MARINI, 2000).

Diante desse aspecto, a dominação burguesa e as práticas políticas e econômicas levadas a cabo pelas classes dominantes sempre são alimentadas por ideologias⁸, que irradia certos privilégios a classe, em prol dos interesses particularistas, onde “podiam ser tratados facilmente como os interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior” (FERNANDES, 1972, p. 12). Além de manter uma economia voltada para a exportação, o Brasil, também continuou importando uma série de concepções ideológicas dos países centrais, sendo essas, conservadoras, onde principalmente diziam sobre a inferioridade biológica do ser humano negro.

Segundo Amaro (2005, p. 63), “no Brasil, a questão social do negro e de sua identidade étnica e política estão perpassadas por fatores históricos que remontam à escravidão e reforçam a cor como um indicativo de inferioridade e estigma social”.

No período republicano, no que se refere a respeito da marginalização dos negros, Santos (2009) destaca dois determinantes para a construção do “lugar do negro”:

A integração subalterna na estrutura da classe trabalhadora no decorrer da incorporação do trabalho assalariado nas indústrias; e a tradição republicana liberal que ao buscar instituir direitos civis restringiu-os à classe dominante,

⁸ A ideologia é “antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, 2010, p. 38)

“o liberalismo clássico dos direitos individuais, em boa medida, aqui não se aplicou aos trabalhadores, pobres, indígenas e negros, que continuaram sem direitos básicos” (SANTOS, 2009, p. 45)

Assim, destacam-se os privilégios de classe em relação ao acesso aos espaços e direitos civis. É importante ressaltar as particularidades da burguesia latino-americana, na qual esteve a serviço dos interesses dos países centrais, sob a influência do capitalismo dos quais ela dependia. Essas influências atingiram o Brasil, em todas as esferas da sociedade, conforme Fernandes (1972) cita:

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através "de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1972, p.16).

O capitalismo dependente brasileiro, bem como a economia, estavam subordinados aos polos centrais do desenvolvimento econômico capitalista. Portanto, a modernização reflexa e/ou dependente beneficiou tanto o setor agrário quanto o industrial, não sendo necessariamente opostas, de acordo com Pimentel (2020).

Ao invés de se oporem, necessariamente, a evolução combinada dos setores durante muito tempo classificados como “atrasados” e “modernos”, permitiu o crescimento de ambos, ainda que se tenha como verdade que o setor urbano-industrial seja dotado de maior capacidade de diversificação, competição e acumulação (PIMENTEL, 2020, p.55).

A expansão da economia de alguns países centrais, se realizou enquanto os países dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores, trazendo diversas consequências para os trabalhadores como exclusão crescente, evidenciando-se os problemas de crescimento e desenvolvimento econômico, com queda nos investimentos produtivos e consequente ampliação do desemprego (FERNANDES, 2005).

Diante disso, o Brasil, dentre as suas particularidades de formação social, de capitalismo dependente e periférico, obteve um desenvolvimento diferente dos países centrais, onde não teve Welfare State” ou seja, “Estado de bem estar”. Assim o país se diferenciou da noção de seguridade vivenciada pelos países de capitalismo central. A experiência mais próxima de um “Estado de bem-estar” vivenciado no país foi apenas através da Constituição Federal de 1988.

É importante destacar que a exploração do trabalho na América Latina desempenha funcionalidades aos países centrais, sendo que foram fundamentais para subsidiar as transformações das relações sociais desses países, transferindo e efetivando a mais-valia da economia primário-exportadora e proporcionando maior acumulação de capital para financiar os sistemas amplos de proteção social do tipo welfariano na Europa (FERNANDES, 2005).

Conforme apresentado, desde o passado sócio-histórico relacionado a condição de colônia, no qual exterminou nativos e realizou a escravização desses e dos africanos, o contexto social da América Latina nos tempos atuais, ainda possui resquícios desse passado, em diversos âmbitos, onde ainda continua desfavorecendo os povos historicamente marginalizados (MARINI, 2000).

2 CAPÍTULO II -ENFRENTAMENTOS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO NEGRA

Este capítulo aborda sobre os processos de lutas e conquistas da população negra que se materializam em políticas e leis. No ponto 2.1 tem-se um panorama histórico brasileiro desde o início do século XX trazendo o protagonismo da luta da população negra na sociedade capitalista e as conquistas materializadas em leis e políticas. No 2.2 tem-se uma reflexão sobre as instituições de dominação e exploração que incidiram na desigualdade racial na região dos inconfidentes de minas gerais, e por último, no ponto 2.3 foi abordado a respeito da questão racial no âmbito das políticas educacionais.

1.1 OS DESOBRAMENTOS DO RACISMO E AS LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Segundo Netto, (1998), a ultrapassagem da pobreza só será possível em condições em que se suprima a sociedade capitalista. O rebatimento das estruturas de dominação/exploração na população negra, que era excluída e vivia em más condições, incidiu para que se organizassem em formas de protestos no início do século XX, principalmente após identificarem as diferenças que os trabalhadores imigrantes obtinham.

O protesto negro das décadas de 20, 30 e 40 lançou suas raízes no após

Primeira Guerra Mundial. [...] O negro entrou na corrente histórica e interrogava-se por que o imigrante tivera êxito e a massa negra continuava relegada a uma condição inferior e iníqua. Surgem, assim, as primeiras sondagens espontâneas do "meio negro", feitas por intelectuais negros, e os primeiros desmascaramentos contundentes. O "preconceito de cor" entra em cena, na consciência social negra, como uma formação histórica (FERNANDES, 1989, p.36).

O proletariado negro, além da desigualdade social e econômica, enfrentava profundas dificuldades de adentrar no mercado de trabalho para vender a sua força de trabalho, pois antes essa mão de obra não era remunerada, sofrendo contínuas desvalorizações.

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder. (FERNANDES, 2008, p. 42).

Assim, com as diversas formas de racismo, juntamente com a falsa ideologia da classe dominante sobre democracia racial, onde individualiza e culpabiliza a sua condição social, cultural e de vida. A classe dominante investiu em mecanismos para criminalizar a cultura e sociabilidade negra, onde também culminou em um controle policesco sobre a pobreza.

Enquanto isso, diante das diferenças culturais, os imigrantes trazidos em meio a expansão das indústrias no Brasil, devido à ampla desigualdade gerada com o modo de produção capitalista em que vivenciavam a exploração por meio do trabalho, posteriormente, realizaram as reivindicações em prol dos direitos e melhores condições de vida.

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo falta absoluta - de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência (IAMAMOTO, 1991, p. 131).

Dessa forma, essas organizações, realizadas por meio de greve, trouxeram significativas mudanças no que se refere aos direitos sociais e trabalhistas. De um lado onde se teve conquistas para uma parcela da classe trabalhadora, mas também destaca-se a desigualdade vivenciada por trabalhadores negros por meio aparato não

só coercitivo, como também ideológico.

Por meio dos intelectuais estrangeiros e posteriormente brasileiros, se propagou o modo ideológico da classe dominante onde reafirmaram a hierarquização racial, pensamento esse já bastante difundido no continente europeu, onde o negro e o “mestiço” seriam os tipos inferiores. Assim, a imigração serviu a um objetivo nacional “[...] vinculada ao povoamento do território por imigrantes brancos encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem destruir aquela outra base da nacionalidade que é a cultura latina e a língua portuguesa” (SEYFERTH, 1996, p. 55).

A modernização do Estado brasileiro, a fim de atender aos padrões filosóficos e políticos internacionais, se desdobrou em uma nova perspectiva em relação ao processo de exploração da força de trabalho em diversos âmbitos: econômico, político e social. Os padrões europeus, a partir da República Nova, em meados dos anos 1930, no qual o Estado passou a investir em expansão econômica onde “[...] mobilizou recursos para transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações e serviços de infraestrutura urbana” (IANNI, 1991, p.3).

No período Vargas, o Estado começou a tomar para si algumas responsabilidades a partir do enfrentamento da questão social, e dar uma resposta imediata com a “[...] necessidade de controle social da exploração da força de trabalho” (IAMAMOTO, 1991, p. 128).

Conforme Elias (2014) o período do governo Vargas (1930-1945) foi:

Caracterizada pela continuidade da valorização da produção agroexportadora, associada ao desenvolvimento da indústria nacional, sustentada em bases técnicas ainda limitadas e em uma política cambial que valorizava a substituição de importações. A atuação do Estado nesse período no âmbito da “questão social” se modificou, associando os mecanismos de repressão, cooptação e de regulamentação de direitos trabalhistas e sociais (ELIAS, 2014, p. 211).

A instauração de um governo intervencionista sob o comando de Getúlio Vargas contribui para a manutenção do poder da classe dominante, onde o Estado, a partir da formulação de políticas sociais, passou a realizar a regulação da força de trabalho para a diminuição de conflitos. Em relação a formulação das políticas públicas, é importante destacar que:

O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalecentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 44).

Durante o Estado Novo, a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, foi uma das primeiras entidades negras. Segundo Goes (2018, p.43) a FNB: “empregando um caráter político ideológico, sendo a mais importante entidade negra do país na primeira metade do século XX, chegando a estabelecer-se enquanto partido político em 1936”. Destaca-se que, o desenvolvimento e a modernização no país, não era estendido à população negra, onde continuaram a se organizar para ocupar os espaços, ter visibilidade sobre as questões enfrentadas e direitos.

Daí a luta organizada contra ao racismo ter-se caracterizado, na sua infância, por uma sorte de interacionismo: mais do que discriminados, os negros se sentiam atrasados na corrida pela ascensão social — tirariam esse atraso pela instrução e a “boa conduta”, vizinha do puritanismo. Nessa fase, a história do negro é a história que lhe conta o branco, seus heróis são pretos que serviram a brancos (Henrique Dias, Marcílio Dias...): o branco é o superego do negro (SANTOS, 1999, p. 116-117).

Ressalta-se que o racismo era tido como inexistente no país, reforçado através do “mito da democracia racial”, e pelo discurso ideológico sobre “igualdade”, e o benefício da miscigenação.

No Brasil, a ideologia do racismo científico foi substituída a partir dos anos 1930 pela ideologia da democracia racial, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional, como algo moralmente aceito em todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante (ALMEIDA, 2019, P. 109).

A partir disso, é possível compreender como a população negra é vista como subalterna, sendo historicamente inserida às margens da sociedade e submetida séculos depois, à busca por igualdade de oportunidades, representatividade e equiparação social.

O discurso da democracia racial, que despontou principalmente após a publicação do Livro de Freyre “Casa-Grande e Senzala” (1933), visava demonstrar que havia uma igualdade no país e harmonia entre as raças e povos, dominadores e dominados, difundindo o "mito da democracia racial", bem como os benefícios da miscigenação.

A miscigenação, dentro dos quadros da sociedade escravista, tão louvada por esses estudiosos, nada mais foi do que a mais desbragada exploração sexual da mulher escrava [...]. Esse intercuro sexual que muitos sociólogos apresentam como virtude do colonizador, que desta forma, se teria mostrado democrata e compreensivo é outro mito que precisa ser desmontado nas suas diversas partes e desmistificado [...]. (MOURA, 1977, p. 57)

Como consequência de tais faces do racismo, surge a necessidade de frentes que busquem pela “igualdade racial”, combatendo a supremacia branca e buscando pela inserção e representatividade dos negros em espaços antes reservados à elite branca. Sabe-se que a miscigenação, foi um dos aparatos ideológicos utilizados pela classe dominante que visou o apagamento da identidade racial, legitimando a superioridade racial do homem branco, em detrimento ao negro (MOURA, 1988).

Em cima desta dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro (MOURA, 1988, p. 62).

O reconhecimento como “moreno” – comumente assumido por muitos – se relaciona com a subjugação que o próprio negro, em grande parte de pele clara, atribui à raça, onde este muitas vezes, não tem consciência do racismo, dominação e exploração que sofre.

Não há perigo [...] de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções) acolhe-o, estima-o no seu meio. Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção (SKIDMORE apud MUNANGA, 2004, p.121-122).

Assim, é importante ressaltar no que diz respeito ao conhecimento da história, origens e reconhecimento da identidade racial, para acessar espaços, bem como reivindicar políticas públicas e direitos advindos da luta da população negra.

Mesmo diante de todos os aparatos coercitivos e ideológicos, contra a população negra, visando o seu apagamento, destaca-se na década de 1940, período desenvolvimentista, o Teatro Experimental do Negro (TEN) 1944-1968, fundado por Abdias do Nascimento, onde ofereceu para além das atividades artísticas, cursos de alfabetização e cultura para os integrantes e também para a comunidade negra em geral, sendo fundamental para o fortalecimento do sujeito negro enquanto sujeito de direito.

Na década de 1940, o ativista antirracismo Abdias do Nascimento, funda o Teatro Experimental do Negro (TEN), importante iniciativa baseada na valorização das expressões artísticas e culturais herdadas de África, incorporou também ações de caráter político, através da organização do I Congresso do Negro Brasileiro, da fundação do Instituto Nacional do Negro, e assistencialista, na medida em que ofereceu serviços para a população negra (SANTOS, 2009; DOMINGUES, 2007).

Assim, segundo Nascimento (2004) o TEN tinha como objetivo “priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo” (NASCIMENTO, 2005, p. 218).

Porém, o Teatro experimental do negro “perdeu sua força após a instauração da ditadura civil-militar em 1964. Na própria fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, educação e trabalho foram definidos como importantes pautas na luta contra o racismo” (ZORZI, 2019, p.58).

Em meio aos processos coercitivos, e as lutas realizadas pelas organizações da população negra, foi estabelecida a lei 1390/51 (1951), conhecida como “Lei Afonso Arinos”, proibindo qualquer tipo de discriminação racial no país, porém como a ideologia do racismo estava instaurado fortemente em várias instâncias, a lei não teve aplicabilidade e resultado. Apesar dos avanços em relação às denúncias e enfrentamentos relacionados ao racismo, após a Lei Afonso Arinos Lei 1.390/51.

Em seu artigo primeiro a lei decreta: Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor (BRASIL, 1951. p.1)

O período entre 1956 e 1961, foi marcado pela industrialização pesada, e de consolidação do capitalismo no país.

Entre 1956 e 1961, se configurou a fase da industrialização pesada, período de consolidação do capitalismo brasileiro em que a burguesia hegemônica seu poder político através do Estado, e o modelo econômico se caracteriza pela integração da economia nacional à divisão internacional do trabalho, combinando o avanço industrial com a dependência em relação ao capital internacional (ELIAS, 2014, p. 211).

Assim, diante da grande crise econômica do país, em sua fase de industrialização, a década 1960 foi um marco em vários países do mundo no que se refere ao surgimento de movimentos sociais. No que se refere ao movimento negro, no país a particularidade se deu na não segregação racial “escancarada”, conforme

Goes (2018) cita:

A questão racial brasileira, diferentemente de países como Estados Unidos e África do Sul, não formalizou políticas de segregação racial escancarada, no entanto, nas entrelinhas é possível perceber o racismo e a exclusão contidos nos projetos de desenvolvimento nacional e as medidas estatais tomadas com fins a atingir esse objetivo (GOES, 2018, p.36).

No Brasil, durante esse período contra os retrocessos e repressão da ditadura militar, despontou uma diversidade coletiva de movimentos sindicais, partidários e manifestações estudantis no Brasil em defesa da educação. Além disso, tiveram também organizações coletivas contra o racismo mobilizadas pelos Movimentos negros; organizações socioculturais relacionadas à sexualidade, pela igualdade protagonizado pelos movimentos feministas e etc. Esses foram fundamentais em prol do reconhecimento, conquista e ampliação de direitos.

Denota-se que, no âmbito internacional, pensadoras negras como Angela Davis, bellhooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins desde a década de 1970, foram essenciais para a produção de conhecimento em torno do racismo e feminismo negro, sendo referências e influências para se pensar a marginalização social, política e econômica vivenciada por mulheres negras nos EUA, tendo em vista a invisibilização em torno do racismo e sexismo enfrentado pelas mulheres negras. Nesse aspecto, é importante repensar sobre o conceito de interseccionalidade (RIBEIRO, 2015).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002: 177).

Apesar de não ser aprofundado o conceito de interseccionalidade neste capítulo, é importante citar sobre a interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça, existentes na sociedade, que são explicadas a partir desse conceito e que despontaram a partir de 1970 (RIBEIRO, 2015).

Conforme Goes (2018), durante o período de ascensão dos movimentos sociais diversos, os movimentos negros se aproximaram dos movimentos de esquerda, sindicatos e movimentos estudantis “[...] envolvendo-se também em organizações e tendências partidárias, na música de protesto, no cinema novo, no teatro do oprimido e nas teorias marxistas e anticapitalistas” (SANTOS, 2009, p. 67).

Em 1970, devido a confluência de determinados fatores de discriminação racial e de racismo ocorridos durante a ditadura militar, várias entidades do movimento negro se articularam de forma inédita e fundaram uma organização de caráter nacional. Em 18 de junho de 1978, em São Paulo, surgiu o “Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial”, sendo integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados eram de denunciar permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra para realizar reivindicações.

O Movimento Negro Unificado para Gomes (2011, p.141), foi “uma entidade em nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira”. Além de realizar denúncias, o movimento contribuiu no acesso à educação, onde “não se reivindicava apenas acesso ao ensino fundamental, queria-se mais: ensino médio e universitário” (GONÇALVES; SILVA, 2007, p.206).

Após 1978, no Brasil, houve o aumento de estudiosos/as pesquisadores negros/as com influências direta ou indireta dos movimentos sociais, em que ampliou a diversidade dos trabalhos sobre racismo.

[...] além de pouquíssimos intelectuais negros nos quadros de professores das universidades públicas brasileiras antes da década de 70 do século XX, havia, no seio dessas, fortes barreiras raciais que impediam tais intelectuais de almejamem posições de prestígio e poder e até mesmo de ingressarem nessas instituições, conforme demonstrou Carvalho (2005-2006 e 2005). [...] Com o revigoramento dos movimentos sociais negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do Brasil nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para a formação e o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos desses movimentos ou que ouviram as vozes destes por justiça e igualdade racial. Esses “novos intelectuais negros”, ao participarem como ativistas nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial), tornaram-se ciosos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas e conhecimentos para estudar, pesquisar e compreender as relações raciais brasileiras, assim como por apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil, com o objetivo de eliminar o racismo da sociedade brasileira, especialmente em algumas áreas que eles consideravam estratégicas, como a educação (SANTOS, 2011, p.107-108).

Assim, na década de 1980 o movimento de forma mais aprofundada, investiu seus esforços em políticas públicas educacionais. Somente na década de 1980, durante a formulação da Constituição Federal, através da Constituição Federal de 1988 que o racismo foi criminalizado. O ano de 1988, foi bastante significativo pois comemorou-se o Centenário da Abolição, sendo um fator que mobilizou as ações de

protesto que denunciavam as condições de vida dos negros no país.

Nesse mesmo ano, a Constituição Federal de 1988, denota-se o resultado das reivindicações realizadas pelo movimento, em que foram inseridas e legitimadas por meio do texto constitucional – a criminalização do racismo (Artigo 5) e o reconhecimento da propriedade das terras de remanescentes de quilombos (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). A lei 7.437/1985 “Lei de Caó”, denominada dessa forma em homenagem a Carlos Alberto de Oliveira no qual foi o autor dessa lei, se constituiu como a nova redação à Lei Afonso Arinos 1.390/1951, em que instituiu no “Art. 1º. Constitui contravenção, punida nos termos desta lei, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil” (BRASIL, 1985). Essa lei que tipificou o crime de racismo no Brasil, foi sancionada pelo ex-presidente José Sarney, sendo alterada para a lei 7.716/89 em 1989, que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”.

Além disso, a CF/1988 teve grande importância para “o ideário dos direitos sociais, definindo uma perspectiva, no plano constitucional, de valores éticos, [...] Assim como a garantia da proteção social universal sob a responsabilidade do Estado [...]” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 64). Cabe sempre questionar como são efetivadas as garantias de direitos e se são efetivadas, principalmente para a população negra, diante da ausência de políticas públicas direcionadas a essa população.

Vale considerar que o direito não se refere apenas a leis, mas está implicado especialmente nas instituições que tornam concretas as políticas públicas que enfrentam a desigualdade racial e as instituições que produzem a decisão judicial. Elaborar a lei parece acionar as esferas do pensamento racional, mas colocar em prática implica enfrentamento à cultura racista incrustada no imaginário de cada um e que nunca contou efetivamente com enfrentamento nem social, nem institucional, tendo em vista a orientação teórico-ideológica que considerou o Brasil como vivendo a cordialidade racial propalada por Gilberto Freyre (2004) (MARTINS e SILVA, 2020, p.34).

A “contrarreforma” neoliberal do Estado na década de 1990, implicou nas terceirizações, desregulamentação das leis trabalhistas, precarização, flexibilização do trabalho, e conseqüentemente na redução dos postos de trabalho aumentando assim o desemprego estrutural. Sendo uma das particularidades, o desemprego no país possui determinadas características que se atenuaram no neoliberalismo.

O desemprego enquanto uma característica estrutural da constituição da “questão social” brasileira, uma vez que o regime de trabalho no país se caracterizou historicamente pela precariedade, instabilidade, excesso de

força de trabalho disponível para o capital, assim como, pela sua segmentação e desvalorização salarial (ELIAS, 2014, p. 213).

Ainda no que se refere à realidade Brasileira, e suas características, Elias (2014, p.213-2014) traz que: a realidade brasileira, marcada historicamente por um regime de trabalho flexível, precário e instável, que se aprofundou desde 1964, sofreu um agravamento dessas condições durante o período de 1980 e 1990.

A partir do final dos anos 1980, o neoliberalismo assumido principalmente pelo Estado na década de 1990, incidiu na pouca intervenção do governo, resultando na desresponsabilização do Estado perante o atendimento da questão social. Essa questão, resultou na transferência de atividades para o terceiro setor/empresas, sendo que ambas vêm com uma nova “ferramenta” para responder à “questão social”, e que deste modo implica nas redefinições e desconfigurações dos sistemas de proteção social e das políticas sociais de acordo com os interesses dos capitalistas, principalmente, com o fortalecimento da relação público privado. Esse contexto demarca um aumento do trabalho voluntário e participação da sociedade civil.

Na contemporaneidade, o neoliberalismo como forma imperante de racionalidade impele para uma organização dos recursos que reduz significativamente o financiamento das políticas públicas de Estado para as populações pobres, que são majoritariamente negras. Como resposta à crise financeira são executados ajustes fiscais em relação aos gastos do Estado com políticas públicas, justificadas como medidas de contenção da crise, mas que se configuram na realidade em condicionamentos ideológicos da classe trabalhadora, no sentido de desestimular qualquer luta por direitos (PROCÓPIO, 2017, p.221).

Na década de 1990, no ano de 1995, tendo em vista as desigualdades e condições desumanas vivenciadas pela população negra, o MNU realizou movimentações como o protesto denominado como “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, que contribui para a criação de políticas públicas para negros.

Nesse aspecto, sob o governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI), no âmbito do Ministério da Justiça. “Foi a primeira vez que um governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas específicas voltadas para ascensão dos negros no Brasil” (GUIMARÃES, 1996, p. 235). Essa movimentação contribui em relação às primeiras iniciativas de “ação afirmativa” na administração pública federal. Posteriormente,

aconteceu nos anos 2000, no ano de 2001, a participação do movimento negro durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Na contemporaneidade, as mudanças e disputas políticas promulgadas pela burguesia através da ideologia neoliberal, tem contribuído para os retrocessos e para a manutenção de traços conservadores. Apesar disso, no início do século XXI, segundo Domingues (2009, p.988) “as atenções do movimento negro foram canalizadas para o debate em torno das ações afirmativas, sobretudo na sua versão mais polêmica, o programa de cotas para negros nas universidades públicas”.

Há de se ressaltar toda a trajetória, ataques e embates sofrido pela população e as organizações dos movimentos negros, em que se levou décadas de luta até obter a inserção no espaço do ensino superior. Sendo desde:

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Em meio ao contexto da relação capital e trabalho no Brasil, a classe trabalhadora permeada pelo imbricamento entre raça, classe e gênero, tem tido desafios no enfrentamento das desigualdades e retrocessos, onde as lutas são essenciais como forma de manutenção e ampliação dos direitos.

Os resquícios do passado estão presentes na atualidade, por meio da manutenção do conservadorismo, patrimonialismo e as contínuas formas de exploração e dominação. O racismo estrutural conforme Almeida (2019, p. 15) “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.”

É importante destacar que as estruturas de poder rebatem até hoje de forma profunda e desigual em relação a população negra do país e principalmente na região dos Inconfidentes, onde se faz presente a acumulação de riquezas de forma privada por empresas, em detrimento da crescente pobreza da região e má distribuição de riqueza local.

A organização econômica através da extração do minério de ferro está ainda vigente na região. Destaca-se que a exploração da mão de obra assalariada, contribui em relação às diversas condições de desigualdades provenientes do modo de produção capitalista, onde há a naturalização da pobreza e marginalização de determinados grupos que ainda sofrem com a subalternização histórica e estrutural.

1.2 DESIGUALDADE RACIAL - REGIÃO DOS INCONFIDENTES DE MINAS GERAIS: A cidade de Ouro Preto-MG e Mariana-MG

É de conhecimento que a população majoritariamente negra presente na cidade de Mariana e nos subdistritos, se dá devido ao passado, onde a exploração mineral era realizada com base no trabalho escravo. Diante disso, retoma-se o contexto histórico em torno do período colonial até os dias atuais. Se tratando da cidade de Ouro Preto-MG que surge em 1823 e Mariana-MG em 1696.

A colonização portuguesa instaurada no Brasil em 1.500, por meio do processo de mercantilização na região dos inconfidentes, foi pautado na exploração de recursos naturais, extração de minério como ouro e pedras preciosas.

O colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo (FREYRE, 1981, p. 17).

Para tal alcance na economia, utilizou-se da escravidão dos indígenas e posteriormente dos africanos escravizados trazidos para a região.

Por longo tempo foi fácil aliciar índios para esses imensos esforços, tal era a atração das ferramentas e bugigangas. Com os anos, surgiram dificuldades, porque os índios queriam melhor retribuição por seus serviços, seja porque os paus-de-tintas ficavam cada vez mais escassos e longínquos; seja porque as roças que abriam para os brancos em troca do escambo tinham que ser cada vez maiores, dado o aumento crescente do número deles, seja porque os índios estavam saciados dos artigos que os brancos lhes davam. (RIBEIRO, 2006, p. 82).

As ações realizadas para justificar a dominação europeia, utilizando-se de elementos sobrenaturais como a religião, ou aparatos científicos, tentaram justificar a sobrevivência daquele que foi considerado o mais apto, inteligente e forte, justificando

assim o racismo, contra uma população “mais fraca, atrasada e menos civilizada”, conforme cita Seyferth (1996) na qual demonstram essa relação, onde “[...] localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias” (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Os negros e indígenas, foram considerados como não civilizados, ou seja, com base na ampla distinção, mereceriam ser subordinados e explorados de diversas formas pela falta de “evolução”. Mediante o forjamento dos argumentos em torno das intensas violências, explorações, apropriações e negações, o racismo científico foi uma das ferramentas utilizadas para tal acometimento. Diante disso, Procópio (2017) cita que:

O colonialismo foi ordenado pelo racismo científico, como o “requisito civilizatório”. Esta visão de mundo fundamentava não só o roubo das riquezas, mas a apropriação/negação de suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o mais que os povos constituíram, estruturaram e dinamizaram durante séculos antes de terem seus territórios invadidos (PROCÓPIO, 2017, p.36).

Devido ao eurocentrismo, os indígenas presentes na região vivenciaram a exploração e genocídio da sua população por meio da escravidão e seus desdobramentos. As formas de exploração utilizadas pelos colonizados, como a extração de minérios e a escravidão de pessoas, teve como propósito a obtenção de lucro por meio do desenvolvimento da economia exportadora.

Do ouro ao minério de ferro, [...] é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano (BERTOLLO, 2017, p. 137).

Além disso, é necessário destacar que a mão de obra escrava advinda da África, foi utilizada para a extração de minérios local, onde possivelmente a técnica de mineração dos escravizados foi aproveitada para o crescimento da economia local, conforme Gonçalves (2012) cita,

A discussão não é recente, ainda que venha ganhando alento com o avanço dos estudos, não apenas sobre a História da África, como também sobre a origem étnica dos escravos presentes nas minas desde os períodos iniciais das atividades extrativas. Assim, de acordo com os estudos demográficos

mais recentes, não parece restar dúvidas de que os africanos vindos da Costa da Mina representavam algo em torno da metade dos escravos presentes nas Minas Gerais nas décadas iniciais da exploração, o que torna provável que seus conhecimentos sobre a mineração tenham colaborado para o bom andamento das atividades (GONÇALVES, 2012, p.9).

Diante desse conhecimento, em torno da tecnologia propagada pelos escravizados mineiros, nota-se o apagamento e invisibilização desse trabalho no qual sustenta as minas ainda existentes na região.

Mesmo sob constante vigilância, os escravizados se organizaram para conseguir a alforria, escondendo pedras preciosas, conforme Goes (2018) cita:

Os escravos das minas, mesmo com todo aparato de vigilância, conseguiam por vezes, esconder pedras preciosas e acumular o suficiente para compra de alforria. Alguns escravos inseridos na agricultura sabotavam a produção, podendo fazer com que se perdessem quantidades enormes da safra. Os escravos domésticos, por estarem próximos aos senhores de engenho e sua família, tinham sob sua responsabilidade a alimentação e cuidados de saúde, e, por trazerem vastos conhecimentos sobre ervas, poderiam sabotar a alimentação da família.

Cada escravizado, presente tanto na mineração, agricultura ou no âmbito doméstico, utilizou estratégias de sobrevivência e até de “rebeldia” por meio de sabotamentos e fugas (GOES, 2018). As fugas para o Quilombo dos Palmares foi “[...] indubitavelmente um verdadeiro Estado africano - pela forma de sua organização socioeconômica e política - conhecido na história como República dos Palmares” (NASCIMENTO, 1980, p. 46).

Esses aspectos somados a outros acontecimentos, foram fundamentais para uma nova organização econômica, social e política. A partir disso, a força de trabalho estrangeira que estava se instalando no país, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, serviu como “substituição” da mão de obra escrava, após o período decadente da economia agroexportadora. O racismo se espalhou nas diversas leis e políticas de embranquecimento, em que a questão racial, foi invisibilizada, resultando para a população negra, as mais diversas e profundas expressões da “questão social”.

A lógica de desenvolvimento do Brasil no século XIX apontou para a necessidade do branqueamento populacional para o progresso do país através do incentivo à imigração, visando o desaparecimento da população negra e indígena que aqui estava em grande número. O laboratório racial em que se tornou o Brasil serviu como objeto de estudo científico dos teóricos racialistas, como Arthur Gobineau, Francis Galton, Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e Oliveira Vianna, os quais corroboraram com a ideia de raças inferiores e superiores (ALMEIDA, 2018; SEYFERTH, 1996; JACINO 2008 apud GOES, 2018, p.39)

A operacionalidade da raça na configuração dos padrões de dominação e de poder-saber produzidos no processo colonial foram reconfigurados no sistema capitalista. O conceito de raça, foi utilizado principalmente para justificar as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Desse modo, Quijano (2005) afirma que,

[...] Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 227).

A formação social brasileira capitalista utilizou o sistema do escravismo como base para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Diante desse contexto, a crescente pobreza sentida pela classe trabalhadora negra, mediante a contradição do capital e trabalho, não foi algo isolado, sendo essa forma de pobreza vivenciada e explicada diante da estrutura capitalista que trata de produzir e reproduzir a pobreza e suas diversas refrações estruturando um modelo de exploração.

A pobreza, no modo de produção capitalista, não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da relação social posta por essa sociedade (que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem sua própria força de trabalho e aqueles que a compra) (SIQUEIRA, 2013, p. 16).

Desse modo, o processo de colonização, escravidão e expansão capitalista, estão inteiramente interligadas. A formação social brasileira iniciada no escravismo colonial, presente no contexto da região dos inconfidentes, demarca os traços de conservadorismo, patrimonialismo e economia advinda da extração de minérios, presente até hoje, no período do capitalismo dependente (BERTOLLO, 2017).

Ao se tratar de trabalho, há a exploração de riquezas através da extração de minérios no Brasil, que se tratando da região dos Inconfidentes, ocorre desde a época da colônia. A atividade mineradora gera alterações nas estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, o que ocasiona ao longo dos anos, grandes consequências nesses aspectos, sendo a cidade dependente dessa economia e do turismo

Destaca-se que, a religião católica presente fortemente na região e cidade de Mariana, contribuiu por meio da teologia a manutenção do conservadorismo e

justificação da escravidão negra.

Durante o período colonial, segundo Azzi, a escravidão era considerada essencial para o desenvolvimento da colônia e indispensável para o alcance do interesse da metrópole. Sem a escravidão o domínio português na América era impraticável. Diante dessa situação “questionar a escravidão, portanto, era questionar o próprio domínio lusitano sobre o Brasil”⁷⁰. A teologia e a moral do catolicismo assim foram utilizadas apenas para legitimar a política colonial portuguesa e não para contestá-la (PEREIRA, 2011, p.32).

Diante disso, entende-se como a instituição igreja contribui para a manutenção do sistema escravocrata, em que segundo Pereira (2011):

Pode-se identificar no trabalho de Beozzo o reconhecimento de uma relação estreita entre a escravidão e o catolicismo no Brasil, afinal essa maléfica instituição, assim como a presença da Igreja Católica, fazia parte da sociedade brasileira desde a chegada dos portugueses. Diante do advento do Estado Brasileiro independente, o clero nacional manteve-se sem autonomia, o que segundo Beozzo, gerou um certo silêncio sobre a questão servil durante os anos de luta do movimento em prol do fim do cativeiro (PEREIRA, 2011, p.31).

Pode se dizer que o Estado, a Igreja e demais instituições contribuíram no processo de aprofundamento da estrutura de dominação, exploração e subordinação dos negros na sociedade de classes (FERNANDES, 2005).

Como uma forma determinada de relação entre Igreja e sociedade civil; relação cuja mediação fundamental é o Estado. Em um regime de cristandade, a Igreja procura assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade civil, utilizando antes de tudo a mediação do Estado (RICHARD, 1978/1982, p.9).

Ao longo da história, presencia-se os castigos e utilização da mão-de-obra escrava, tanto pela Igreja quanto pelo Estado.

Neste contexto, Igreja e Coroa Portuguesa estreitavam suas relações, unindo forças na conquista das riquezas e das almas além-mar. Isso porque, colonização e evangelização faziam parte de um grande empreendimento, no qual a cruz e a espada configuravam-se como elementos indissociáveis na conquista da América. Dessa forma, a Igreja surge como principal legitimadora das ações das Coroas Ibéricas, incluindo a escravização dos africanos (COSTA, 2008, p. 03).

Para Costa (2008) diante disso, torna-se necessário pensar o papel da igreja quando o clero chegou ao Brasil, momento em que a escravatura já estava implantada na América.

O Pe. Manuel da Nóbrega teve que constatar que os únicos trabalhadores existentes no Brasil eram os escravos índios e africanos. [...] Os padres ou tinham de renunciar à sua missão ou aceitar as condições econômicas que a terra lhes oferecia. E a terra, como trabalhadores seguros, só lhes oferecia escravos (COSTA, 2008, p. 04).

Na transição do modo de produção escravista para o novo modo de produção e organização do trabalho, a população negra não esteve sob proteção dessas instituições, onde diante a nova ordem social competitiva do mercado de trabalho livre, o negro foi excluído, sendo colocado a margem da sociedade brasileira. Diante disso, nota-se que as instituições citadas, servem ao propósito da classe dominante. Em relação às práticas de religiões de matriz africana na cidade de Mariana, não foram encontrados registros acerca. Tendo em vista a desse história local, denota-se anualmente no calendário da cidade a realização de eventos tradicionais religiosos como as confecções dos tapetes como símbolo de fé e crença no período de páscoa, por exemplo.

Assim, atualmente Mariana possui como uma das formas de economia além da mineração o turismo local direcionado aos monumentos religiosos, às igrejas e aos eventos. Com isso, percebe-se que a história e cultura eurocêntrica predomina no que se refere à memória local, em que por muitas vezes, por trás da bela arquitetura e das tradições religiosas, invisibiliza-se a trajetória da população negra e os processos realizados por essa. Ou seja, identifica-se que a população majoritariamente negra presente na cidade e nos subdistritos, se dá devido ao passado, onde a exploração mineral era realizada com base no trabalho escravo. Além disso, os escravizados também estavam inseridos em outros setores da economia. Sendo assim, diante de uma trajetória sem reparação histórica e política, a população negra da região, ainda vive e permanece sob as diversas condições de desigualdade, provenientes do modo de produção capitalista.

1.3 A ATUAL ECONOMIA LOCAL EM FACE DO PERFIL RACIAL: DESIGUAL

Entendendo que a região dos inconfidentes contempla várias cidades e conforme ao interesse de estudo, aqui, apresentaremos sobre a cidade de Mariana-MG e de Ouro Preto-MG, levando em conta que são as duas cidades que possui as instalações da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP que se trata do objeto de

estudo.

Ouro Preto assim como Mariana integra a região do quadrilátero ferrífero⁹ e ambas desde o início de sua formação possui uma ligação íntima com a mineração. Anterior ao modo de produção capitalista, essas duas cidades desenvolviam atividades vinculadas ao ciclo do ouro e após a transição para o capitalismo seu desenvolvimento econômico se mantém vinculado a mineração extrativista.

A cidade de Mariana faz parte do território conforme dados disponíveis pelo governo de Minas Gerais, esta cidade se situa a cerca de 115 quilômetros da capital e segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE¹⁰ estima uma população de 61,830 habitantes. Ouro Preto ainda utilizando os mesmos dados de pesquisa possui uma população estimada de 74.824 habitantes e distância até a capital de 100 quilômetros.

Anteriormente mais conhecida pelo ouro e pedras preciosas, sendo no contexto atual, o minério de ferro a referência central da extração mineral; ainda se encontra em dependência econômica e política da atividade de extração de minério de ferro. Ao se tratar dos impactos da questão racial, e os desdobramentos dessa na dinâmica do mercado de trabalho e do sistema educacional, é importante ressaltar o acontecimento do rompimento da barragem/crime de Fundão ocorrido em 05 de novembro de 2015.

O rompimento das barragens de rejeitos de Fundão e Santarém, da empresa Samarco, joint venture da mineradora Vale S.A. e BHP Billington, que além do crime ambiental e impactos acometidos, ocasionou a morte de 17 pessoas e o desaparecimento de duas pessoas no distrito de Bento Rodrigues, sendo essa população, predominantemente negros (a) que foram diretamente atingidos pela massa/rejeitos de lama. Com base em dados do IBGE de 2010, “as populações residentes nas áreas mais próximas ao rompimento da barragem de Fundão eram, em sua maioria, negras(as)” (POEMAS, 2015).

Diante do descaso e à omissão da mineradora que levou ao rompimento da barragem, a cidade de Mariana ficou conhecida pelo termo “tragédia”, sendo que nessa pesquisa reivindica-se o termo “crime”, utilizado pelo MAB, como uma forma

⁹ “[...] Pode ser definido como berço da mineração organizada no Brasil, experimentava os primeiros sinais da transição entre a mineração aurífera para a ferrífera como base para a manutenção e desenvolvimento social das cidades e populações ali presentes.” (CASTRO, 2020, p.10).

¹⁰ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/mariana.html>. Acesso em 22/09/2021.

de responsabilizar a mineradora Vale pelas consequências. O site oficial do movimento traz dados a respeito das vítimas, organização das lutas, além do crime ambiental. Ressalta-se o conceito de “Racismo ambiental¹¹” que atingiu principalmente a população negra de maneira mais específica, além do crime ambiental cometido (BERTOLLO, 2017).

Nesse aspecto, o racismo ambiental demonstra como as desigualdades se expressam intensificadamente diante de um perfil racial, sendo os mais vulneráveis às doenças relacionadas ao saneamento ambiental, suscetíveis às condições insalubres e altamente vitimados pelas condições dos crimes ambientais. Percebe-se que historicamente, de acordo com a expansão econômica e desenvolvimentos das cidades, as populações pobres foram alocadas em lugares distantes dos centros urbanos. Muitos, residem em ambientes de alto risco de desabamento, contaminação devido a falta de saneamento básico, lixo e esgoto expostos. Ao se levar o caráter racial nesse processo, identifica-se que “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (ACSELRAD, 2004, p. 31).

Dessa forma, estão o modelo econômico de mineração dessas empresas que possuem o monopólio privado na produção e exportação de minério de ferro, que se dá através da intensa exploração da mão de obra assalariada e por meio da extração dos recursos naturais, servem ao propósito de abastecer o mercado internacional, efetivando assim, o lucro no exterior. Isso ocorre em detrimento dos diversos impactos negativos e irreparáveis à população e ao ambiente; que em sua maioria, é isentado pelo Estado.

Diante do exposto até então, é possível perceber como a particularidade brasileira no que diz respeito à sua formação sócio-histórica bem como o agravamento das expressões da questão social a partir da transição do sistema colonial para o capitalismo periférico apresentou a necessidade de mobilizações por parte do negro reivindicando mudanças significativas referente aos direitos sociais e trabalhistas. Referente a contextualização da região dos inconfidentes e as

¹¹ “O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. (...) A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental” (BULLARD, 2005, p.1).

desigualdades raciais desencadeadas nesse local devido ao ciclo do ouro posteriormente alterada pelo início das atividades mineradoras nos moldes capitalistas e suas nuances, permite apresentar um panorama das desigualdades raciais percebidas por meio do racismo vivenciado em diversos âmbitos. Levando em conta que esse trabalho tem por objetivo a análise da questão racial na universidade, o capítulo posterior apresentará configurações das relações Étnico-Raciais na instituição de ensino superior pública, considerada como espaço privilegiado de produção de conhecimento.

1.4 LEIS EDUCACIONAIS: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ATÉ A LEI DE COTAS

A Universidade surge no Brasil no começo do século XIX, em meio ao sistema escravocrata, com o intuito da formação e manutenção da elite burguesa nos lugares de privilégio, ideologicamente impediu a ascensão educacional do negro. O sistema de ensino perpetuando e provocando a reprodução cultural e social da classe dominante. A história política, social e cultural do Brasil é marcada pelo racismo, advindo do conceito de raça. Durante o período do século XIX até a metade do século XX a dimensão raça era um fator de diferenciação no processo de escolaridade.

A operacionalidade da raça na configuração dos padrões de dominação e de poder, foram produzidos no processo colonial e reconfigurados na globalização capitalista. Omi e Winant (1994) afirmam a raça não como apenas algo “a mais”, isto é, algo que é adicionado, mas, sim, parte integrante e constitutiva de nossas experiências cotidianas mais comuns. Daí a importância da conscientização e levantamento de situações que mostram as diferenças e desigualdades desencadeadas por uma cultura que confere à cor da pele o “poder” de definir um lugar social.

[...]as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional. (FLORESTAN, 1979, p.72).

No Brasil, as análises sobre o caráter seletivo do ensino superior têm impedindo a ascensão educacional do negro, o sistema de ensino estaria perpetuando e provocando a reprodução cultural e social, uma vez que a educação o negro escravizado, obrigado ao trabalho, ficou desprovido de educação formal e qualificação

Em 1989 o IBGE publicou o manual cor da população, com base na PNAD 1987. Mesmo em cidades com altos percentuais de negros, como no Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo ou Belo Horizonte, a presença destes na população universitária entre 20 e 24 anos de idade era insignificante. (SILVA, 2001, p. 44).

A inclusão racial passou a fazer parte das preocupações dos educadores progressistas no país, sendo debatidas em meio às construções da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) principalmente a partir do fim da década de 80, devido aos processos anteriores de luta da população negra.

As Políticas de Ação Afirmativa (PAA) desenvolvidas no âmbito do ensino superior federal demonstram a importância da dimensão subjetiva para a construção de uma educação antirracista. De modo inicial, a PAA surgiu nos Estados Unidos, em meados da década de 1960 conforme Moehleck (2002 p.198):

Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra.

Desse modo, as políticas de ações afirmativas surgiram a partir de reivindicações da população negra que sofriam com racismo e leis segregacionistas, onde exigiram respostas do Estado para ampliar os direitos e viabilizar melhores condições. É importante problematizar que mais do que aplicar essas políticas, advindas de instâncias de poder que trazem a noção de se sentir “incluso”, é necessária a efetivação da participação da população negra atingida por essas políticas, onde a voz desses sujeitos (as) em torno dessas disputas políticas é necessária para que as políticas que são desenvolvidas levem em consideração a realidade, trajetória e o desejo enquanto pessoa humana.

No âmbito da educação pública federal no Brasil, depois de um longo período após a abolição da escravidão, surgiram no âmbito da educação ações afirmativas étnico-raciais, como a Lei 10.639/03. Além dela, podemos citar a Lei de Cotas no Ensino Superior, pela Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012 o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 2010.

A partir da Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 1996, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi realizada a introdução do ensino da história e cultura-brasileira e indígena, na qual redefine e “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003, art 26; art. 79º).

Desse modo, a obrigatoriedade do ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira”, não havia se estendido até o ensino superior. A Universidade de Brasília (UnB), em 2004, também foi uma das primeiras universidades públicas a adotar o sistema, que reserva um percentual de vagas para estudantes negros ou pardos. Somente a partir da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), assinada em 29 de agosto de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff, estabeleceu-se a obrigatoriedade para universidades, institutos e centros federais reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. No governo Dilma, também foi sancionada a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que,

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei (BRASIL, 2014, artº1).

Diante disso, as cotas raciais que contemplam os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas, são indispensáveis para inserção do negro nas universidades, mas ela, por si só, não garante a permanência desses alunos.

Em dezembro de 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e sanciona a Lei 5346/08 que em seus artigos estabelece:

Art. 1º Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes *(atualmente o corte socioeconômico estabelecido pela Universidade está em R\$ 960,00 mensais per capta):

Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente: I – 20% (vinte por cento) para os estudantes negros e indígenas; II – 20 % (vinte por cento) para os estudantes oriundos da rede pública de ensino; III – 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço (UERJ, 2021, n.p).

Cabe ressaltar que em 2008, o Governo Federal implementou o REUNI. Segundo Ribeiro (2018), no que se refere a adoção de políticas afirmativas nas instituições educacionais do país:

Até o ano de 2007, 51 instituições de ensino brasileiras já haviam adotado políticas de ação afirmativa, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e institutos federais superiores, muitas, inclusive, já com o recorte racial (POEMA et al.,2016 apud RIBEIRO, 2018, p.71).

Diante dos desafios, em 2009 foi lançado o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, que apontaram as dificuldades enfrentadas referente ao processo de implementação da lei, como a questão da formação continuada pelos profissionais da educação básica.

Os eixos 2 – Política de formação inicial e continuada e 3 – Política de materiais didáticos e paradidáticos constituem as principais ações operacionais do Plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação. Tal revisão deve assumir como um dos seus pilares as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro- -brasileira e Africana (BRASIL, 2009, p.29)

Posteriormente, um ano depois foi sancionada a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, onde institui o Estatuto da Igualdade Racial. Porém, “No quesito educação, enquanto 22,2% da população branca tem 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra, sendo atingida pelo analfabetismo em 11 e 8% - maior que a média de toda população brasileira (8,7%)” (WAISELFISZ, 2016).

Assim, entende-se que apesar das políticas paliativas, mas que se configuram enquanto um marco para a população negra, há uma dívida histórica com essas populações que esteve submetida por mais de três séculos de escravidão, vivendo os resquícios de um cenário que ainda reflete as desigualdades.

Assim, as cotas se tornam uma medida urgente e capaz de provocar uma reforma no ensino público básico a fim de introduzir o negro, em pé de igualdade, para competir com o estudante branco de classe média de escola particular, uma vez que o retrato é excludente entre os universitários; das pessoas que cursam o ensino superior, 2% são negros e 97% são brancos (MUNANGA, 2004 *apud* MARTINS, 2020, p, 49).

A questão citada acima expressa a realidade sócio-histórica do Brasil, onde há a existência de indicadores acerca da situação socioeconômica da população negra, na qual permanece atualmente a margem da sociedade as ideologias dominantes, contribuem na invisibilização e retrocesso das políticas, sucateando os serviços públicos, como o acesso à educação.

[...] a ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p.208).

Conforme apresentado sobre o caráter seletivo no ensino superior e a inserção posterior do negro no ensino superior por meio das cotas raciais é necessário além disso problematizar sobre sua permanência durante seu processo de formação. Entendendo que se necessita ampliar condições legítimas que permitam que esses sujeitos sejam incluídos nesse espaço e que sejam desenvolvidas políticas que possibilitem essa conclusão bem como espaços que contribuam com a discussão da temática étnico-racial. Destaca-se que “há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém, a ação conflitiva dos ativistas e das organizações de movimentos sociais segue existindo por dentro dos espaços institucionais e, em geral,

se articula com a manutenção de repertórios de confronto extra institucionais” (LEITÃO, 2017, p. 320). Ou seja, dentro da contradição e conflito de interesse do Estado, existe a necessidade de as organizações legítimas serem realizadas fora desse âmbito para que de fato esteja alinhada aos interesses da organização.

É importante ressaltar de acordo com o site da UFOP, quando apresenta a matéria “Calouros na UFOP, 98% de ocupação e negros são maioria”¹² que no ano de 2019 foram ofertadas 1.314 vagas na UFOP, distribuídas em 37 cursos e referente ao número de ingressos a partir da Comissão de Verificação de Cotas para negros foram validados 84% dos ingressos de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos). Conforme essa informação em relação aos ingressantes de 2007 na UFOP, subiu de 9% para 48,7%. Destaca-se aqui que em 2007 ainda não existia essa política. Isso mostra a importância da política, entretanto é importante ressaltar que além do ingresso é necessário também discutir questões de permanência desse público.

Para tanto, o capítulo IV se dispõe em discutir sobre a necessidade da discussão do racismo na universidade e também apresentar a análise nas instituições UFF, UFOP e UNIFESP no que tange o estudo desse tema no curso de Serviço Social e a produção de conhecimento que vem sendo realizada por esses discentes.

3 CAPÍTULO III - RACISMO NO MUNDO ACADÊMICO: UM TEMA PARA SE DISCUTIR NA UNIVERSIDADE?

Neste capítulo apresenta-se a análise qualitativa referente aos trabalhos de conclusão de curso ou monografias do curso de Serviço Social que abordam a temática da questão racial, encontrados nas plataformas digitais disponibilizados nos repositórios dessas respectivas universidades: UFOP, UFF, UNIFESP. No primeiro momento demonstra-se os dados dessas produções a partir de uma análise qualitativa e posteriormente debate-se sobre os limites e dificuldades do estudo da temática no curso de Serviço Social.

Diante dos objetivos propostos realizou-se a análise dos trabalhos de conclusão de curso ou monografias dos estudantes do curso de Serviço Social das

¹² Ver em site da Universidade Federal de Ouro Preto, disponível em <https://ufop.br/noticias/sisu/calouros-na-ufop-98-de-ocupacao-e-negros-sao-maioria>. Acesso em 22/09/2021.

instituições UFOP, UFF e UNIFESP de caráter qualitativo recorrendo a análise de conteúdo conforme Bardin (2011);

Indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

O recorte temporal foi o ano de 2003 a 2021, tendo em vista o desenvolvimento das políticas de educação que dispôs a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira através da Lei 10.639/03 e a Lei nº 12.711/2012, sancionada pela Presidente da época Luís Inácio Lula da Silva.

Referente ao levantamento realizado no repositório da UFOP e UNIFESP, é importante salientar que foi iniciado a partir do ano de 2009, pois a inserção do curso de Serviço Social em ambas se deu pela expansão do REUNI ocorrido nesse mesmo ano.

Os trabalhos encontrados na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) por meio da Biblioteca Digital de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação¹³- Curso Serviço Social totalizou-se em 161 trabalhos, sendo 9 discutindo a temática da questão racial.

Pelo repositório da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), encontrou-se 136 trabalhos e 4 que apresentaram sobre o debate racial.

A partir do repositório da Universidade Federal Fluminense (UFF), 569 trabalhos foram encontrados e no que diz respeito à questão racial apresentou-se somente 1 resultado no momento da pesquisa.

Destaca aqui a dificuldade ao acesso à informação devido ao formato dos repositórios on-line e também é importante destacar a pandemia do Covid-19 que inviabiliza o contato com os departamentos e também com as bibliotecas.

Acredita-se que assim como nessa instituição quanto em outras possam apresentar mais trabalhos que tratam sobre a temática da questão racial, mas que não estão disponibilizados nas plataformas digitais ou que não foi possível localizar. Vale destacar também que foram encontrados três trabalhos a nível de mestrado, que não foram contabilizados e nem serão apresentados levando em consideração que

esse trabalho se propôs analisar somente os trabalhos de conclusão de curso ou monografias.

Ao decorrer deste capítulo serão apresentadas duas tabelas organizadas por cada instituição e organizadas de A-Z. A primeira tabela contém a informação do autor, título, ano de publicação e palavras chaves e a segunda um esboço do que foi estudado ao decorrer de cada trabalho. A metodologia utilizada para construção das tabelas e também da análise realizou-se por meio do método de análise desenvolvido por CÂMARA (2013) no texto *Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações*, onde a autora apresenta a técnica de análise de conteúdo em pesquisas aplicadas.

1.5 BREVE HISTÓRICO SOBRE A UFOP, UFF E UNIFESP - O DEBATE RACIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

1.5.1 Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

A Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP¹⁴, conforme descrição apresentada no site da instituição, apresenta a sua criação datada de 21 de agosto de 1969 a partir da junção da Escola de Farmácia e a Escola de Minas.

Posteriormente no ano de 1970, inicia o desenvolvimento das atividades do Centro Desportivo da Universidade (CEDUFOP) em parcerias com outros cursos de graduação. Entretanto, somente em 2008, foi possível a implantação do curso de Educação Física por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni.

No ano de 1978 cria-se o curso de nutrição e em 1981, com o interesse da comunidade em desenvolver estudos sobre artes é criado o curso de graduação de Artes Cênicas, Música e Filosofia. No ano seguinte, foi criado o curso de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB).

¹⁴ Universidade Federal de Ouro Preto - Link de acesso <<https://ufop.br/historia-da-ufop>> Acesso em 15/08/2021.

Na década de 90, há a implantação de novos cursos de graduação, sendo eles o curso de direito, engenharia de produção, Engenharia de Controle e Automação e o de Engenharia Ambiental e o curso Turismo.

Em 2000 inicia-se o Núcleo de Educação aberta e a distância, atualmente denominada Educação Aberta e a Distância (CEAD), possibilitando a implantação de cursos de pós-graduação e graduação na modalidade à distância, contemplando 90 cidades em Minas Gerais, 4 no estado de São Paulo e 8 no estado da Bahia, sendo os cursos de Administração Pública, Geografia, Pedagogia e Matemática.

No ano de 2002, a UFOP amplia abrindo um campus avançado na cidade de João Monlevade oferecendo os cursos de Sistemas de Informação e Engenharia de Produção. Em 2009, abrange mais dois novos cursos, sendo estes Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação.

Em 2008, a Escola de Minas oferta dois novos cursos; Urbanismo e Engenharia Mecânica e, ainda por meio do Reuni, foi criada na cidade de Mariana mais uma nova unidade denominada Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) contemplando os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. Ainda nesta cidade está o Instituto de Ciências Humanas e Sociais contendo os cursos de pedagogia, história e letras. No início de 2013, foi criada a Escola de Medicina.

Contudo, atualmente a universidade apresenta 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e quatro a distância, 24 cursos de mestrado acadêmico e 8 profissionais, 15 cursos de doutorado e 10 especializações.

Nota-se que a UFOP têm-se desenvolvido de modo mais recente, tendo em vista a aprovação da Lei 10.639/2003, que faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, por meio dos docentes e técnicos, ações no que se refere a inserção do debate étnico racial e isso tem relação com um número de docentes negros que encontram nos cursos de Ciências Humanas e Sociais que militam e sinalizam a importância da discussão desse debate. Assim, dentre aproximadamente os 40 cursos oferecidos pela UFOP, apenas 16 cursos possuem disciplinas que abordam a questão racial, sendo: Artes cênicas, estatística, Geografia (EAD), História, Jornalismo, Letras (português, inglês, estudos literários e tradução), Matemática (presencial e EAD), Museologia, Música, pedagogia (EAD), Química, Serviço Social e Turismo, conforme consta no site da instituição. Essa minoria de

oferta de disciplina em relação a alguns cursos, indica ainda um ambiente que não possui o interesse que discussão e estudos referentes a questão social sejam realizados, e não se pode desconsiderar que a implementação dessa disciplina se dá por meio de muitas mobilizações e lutas do movimento estudantil, mostrando um protagonismo estudantil.

No que se refere aos grupos de estudos que abordam a questão racial, estão presentes na universidade: o GELCI - Grupo de estudos sobre linguagens, culturas e identidades, Grupo de Formação de professores e relações étnico-raciais e GESIP Grupo de estudos sobre intelectualidades pretas - Lélia Gonzalez. Desde 2005, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (NEABI/UFOP) tem desenvolvido diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com a temática, por meio da mídia na plataforma digital no canal do youtube “NEABI NA MÍDIA”¹⁵ e no espaço físico na cidade de Mariana-MG, no campus ICHS e no CEAD em Ouro preto. A coordenação e gestão do NEABI tem se dado por docentes negros em sua maioria do campus ICHS e ICSA de Mariana. Nota-se também ações desde 2017, relativas à questão étnico-racial em projetos de extensão e programas: PIBIC AF/CNPQ, PRO BIP-1S/UFOP, PIBIC, PIDIC e etc.

No que se refere as organizações estudantis, desde o ano de 2015, o Coletivo Negro “Braima Mané”, integra estudantes negras/os da Universidade Federal de Ouro Preto, onde na página do coletivo, afirmam o objetivo desse espaço: “o nosso intuito é fortalecer os laços de negritude existentes dentro e fora do âmbito universitário de forma conjunta”. O coletivo Braima Mané, foi responsável pela organização e implementação da “Calourada Preta” na instituição, onde também desde 2018 passaram a integrar as comissões de heteroidentificação Étnico-Racial da UFOP, dentre outras séries de atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, relacionados à temática. Conforme a reportagem “Consciência Negra” (2019), no site da UFOP, no que se refere a comissão de heteroidentificação Étnico-Racial na instituição:

A Comissão de Verificação de Cotas para Negros validou 84% dos ingressos pelas vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos). Desde o segundo semestre de 2018 a UFOP adotou a comissão de verificação como medida pedagógica e ferramenta de monitoramento dos

¹⁵ Link youtube do Neabi UFOP. Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCmbH1ACcNZHd38jMGvsBAPA/videos>> Acesso em 15/08/2021.

ingressantes pela Lei de Cotas. A banca é composta por professores e técnico-administrativos de diversas áreas e estudantes do Coletivo Negro Braima Mané para validar, por meio de análise fenotípica, a autodeclaração. Ela atua no ato da matrícula e nos casos de denúncia de fraudes (UFOP, 2019).

Com isso, apesar do número de estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos) na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) ter subido de 9% em 2007 para 49,3% em 2019, conforme a reportagem “Conquistas e desafios no ensino superior”¹⁶, matéria de 2019 exposta no site da UFOP, em que a mesma destaca que no ano de 2019, nas instituições do ensino superior, passou a ser obrigatória a auto declaração de raça durante a matrícula de todos os candidatos que se inscrevem para uma vaga nas universidades. Desse modo, é importante destacar que muitos não se reconhecem enquanto negros devido a uma ideologia da branquitude e classe dominante, onde conseqüentemente rebate na falta de uso das políticas e leis direcionadas a população negra, por essa não reconhecer a sua identidade racial.

3.1.1 Universidade Federal Fluminense – UFF

Conforme apresentado pelo site da Universidade Federal Fluminense-UFF¹⁷, sua criação se deu no ano de 1960 com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Sua formação se deu a partir da incorporação das Escolas Federais de Farmácia, Odontologia e Direito (1912), Medicina (1926) e Medicina Veterinária (1936); e que posteriormente agregou outros cinco cursos sendo três estaduais: Enfermagem (1944), Serviço Social (1945), Engenharia (1952), e outras duas, particulares, Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947).

A Universidade Federal Fluminense, foi criada pela Lei 808 de 10/03/1950. Primeiramente, pela Lei 3656 de 12/06/1965, passou a denominar-se como “Universidade do Estado do Rio de Janeiro”, e depois, após a implementação da Lei 4.831 de 05/11/1965 que a universidade passou a ser denominada como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro após a Lei 4.831 de 05/11/1965 que a UFERJ

¹⁶ Link da notícia: Disponível em <<https://ufop.br/noticias/institucional/conquistas-e-desafios-no-ensino-superior>>. Acesso em 15/08/2021.

¹⁷ Link do site da Universidade Federal Fluminense. Disponível em <<https://www.uff.br/?q=apresentacao>>. Acesso em 15/08/2021.
Link do site do Campus Goytacazes. Disponível em <https://www.uff.br/?q=historico-campos-dos-goytacazes-no-grupo-campos-dos-goytacazes#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20Fluminense%20est%C3%A1,atingindo%20a%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Departamento>. Acesso em 15/08/2021.

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) passa a se chamar UFF (Universidade Federal Fluminense), resgatando-se, dessa forma, seu antigo nome” (FIGUEIREDO, 2007). A Universidade Federal Fluminense, desde 2003, está presente em Rio das Ostras.

A Escola de Serviço Social (ESS) de Niterói da Universidade Federal Fluminense foi fundada através do decreto estadual 1.397 em 1945. Segundo o site da UFF a “federalização da universidade só acontece com a Lei 3.848 de 18/12/1960 que cria a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), vinculada ao MEC”. (UFF, 2021).

Atualmente a Escola de Serviço Social de Niterói, está situada no campus Gragoatá. Além disso, há mais dois campuses situados em Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras¹⁸. Segundo o site da UFF conforme citado acima, “A Universidade Federal Fluminense está presente na Região Noroeste Fluminense desde 1962, quando foi criado o Curso de Serviço Social, na cidade de Campos dos Goytacazes”.

O Serviço Social, presente no Campus UFF de Rio das Ostras - ¹⁹RJ, se situa no Instituto de Humanidades e Saúde, onde foi criado em 2007. Tanto o campus Goytacazes, quanto o de Rio das Ostras tiveram a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), onde algumas aulas são realizadas em contêineres até dos dias de hoje.

Na matriz curricular, do Curso de Serviço Social- Rio Das Ostras, período noturno, há apenas como não periodizada - optativas e atividades complementares” a disciplina Questão étnico-raciais, política social e Serviço Social I, II e III, com carga horária de 60 horas. Por outro lado, na matriz curricular da UFF Campos, onde há dois currículos sendo um denominado com a titulação bacharel e o outro assistente social, não há a inclusão da temática. E a matriz curricular denominada apenas como “Serviço Social”, do período Noturno / Vespertino, possui várias optativas, mas nenhuma relacionada a questão racial.

Referente a seu perfil de graduandos conforme disponibilizado por meio do portal da transparência²⁰ dessa universidade, os autodeclarados negros têm uma

¹⁸ Link do campus da UFF em Rio das Ostras. Disponível em <http://ihs.sites.uff.br/servico-social/> Acesso em 15/08/2021.

¹⁹ Matriz curricular do curso de Serviço Social - Campus Rio das Ostras. Disponível em <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em 15/08/2021.

²⁰ Perfil do graduando da UFF: Disponível em < https://app.uff.br/transparencia/perfil_graduando>. Acesso em 15/08/2021.

porcentagem de 8% em relação a 29,8% brancos, o que justifica uma pequena parcela de negros existentes nessa instituição.

3.1.2 Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

A Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP²¹, é tradicionalmente conhecida como uma instituição especializada nas ciências da saúde. Sua fundação data-se do ano de 1933 com a Escola Paulista de Medicina e com a promulgação da lei 8.957 de 1994, a Escola foi transformada em Universidade Federal abarcando os cursos de Medicina, Enfermagem, Ciências Biológicas integrando atualmente a área de tecnologias em Saúde.

Conforme apresentado pelo site da instituição, em 2005 a partir do apoio das prefeituras locais e recursos provenientes do programa de expansão federal, foi implantado novas unidades em municípios próximos a São Paulo; denominados Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco.

A instituição atualmente conta com 55 cursos sendo referente ao seu programa de pós-graduação *Stricto Sensu*, criado deste a ano de 1970, forma docentes e pesquisadores com elevado nível de competência técnico-científica. No que diz respeito ao programa de pós Lato Sensu, sendo ofertados na modalidade presencial e à distância, possibilita uma formação continuada de centenas de profissionais em diversas especialidades. Além de possuir diversos projetos sociais.

O curso de Serviço Social da Unifesp-SP foi criado no ano de 2009 e é regulamentado pela Lei Federal 8662/1993 possibilitando o título a seus discentes de bacharel em Serviço Social. Nesta instituição, o curso é ministrado na Baixada Santista nos períodos vespertinos e noturnos com duração de quatro anos. A criação desse curso se deu a partir do Reuni e foi agregado aos cinco cursos da área de saúde sendo estes nutrição, fisioterapia, terapia ocupacional, educação física e psicologia caracterizando assim um instituto voltado para o ensino e pesquisa para as ciências de saúde.

Seu ensino é ancorado com base nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e em 2001, pelo Parecer nº. 492 do Conselho

²¹ Link do site da Universidade Federal de São Paulo. Disponível em <<https://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>> Acesso em 15/08/2021.

Nacional de Educação (CNE), mediado pelo Projeto Político Pedagógico do Campus Baixada Santista²² – UNIFESP, cujos principais enfoques são o interprofissionalismo, a formação interdisciplinar, o trabalho em rede e em equipe e a atenção integral à saúde e no cuidado com o cidadão, conforme apresentado no site da instituição.

Seu Projeto Pedagógico de Formação Profissional do Curso de Serviço Social da UNIFESP/Baixada Santista está alicerçado no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, e fundamentado nas citadas Diretrizes Curriculares, no Código de Ética do Assistente Social (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), orientados por quatro eixos no que se refere à grade curricular: Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; Fundamentos do Trabalho Profissional e Serviço Social e Saúde: contribuições para análise das condições de vida, trabalho e saúde, na busca de uma sólida formação que garanta competência teórica, técnica e ético-política no exercício do trabalho do Assistente Social. Além disso, esse projeto pressupõe uma direção social alinhada com os interesses dos trabalhadores, com as lutas sociais e com a busca da igualdade e justiça social.

Referente à temática do estudo de raça e etnia, a grade curricular de acesso não apresenta essa disciplina. Entretanto, a partir de pesquisas relacionadas a ementa ampliada observa-se inclusive a disciplina SS 213 como parte das disciplinas do 5º período, intitulada Gênero, Raça e Etnia; Construção social das identidades de gênero intimamente relacionada com as relações de classe social e raça/etnia na sociedade capitalista. Conceitos e paradigmas relativos à raça/etnia. Lutas sociais e políticas de combate às opressões. O Serviço Social e a superação dos vínculos entre opressão de gênero, raça/etnia e os processos de dominação e exploração de classe²³.

Referente a seu perfil de graduandos conforme disponibilizado por meio do portal da transparência²⁴ dessa universidade com atualização mais recente do ano de

²² Projeto pedagógico de Formação Profissional da UNIFESP/Baixada Santista. Disponível em https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/ceg/PPP_servi%C3%A7o%20social_%20APROVADO%20PROGRAD%202016.compressed.pdf. Acesso em 15/08/2021.

²³ Ementa Serviço Social – UNIFESP, Campus Baixada Santista. Disponível em <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/planosEnsinoADE/planoEnsinoADEgeneroRacaClasse.pdf> Acesso em 17/08/2021.

²⁴ Perfil do graduando da UNIFESP: Disponível em < file:///C:/Users/FERNANDA/Downloads/Analise_perfil_ingress_2019.pdf>. Acesso em 15/08/2021.

2019, os autodeclarados negros têm uma porcentagem de 8% em relação a 65,38% brancos, o que justifica uma pequena parcela de negros existentes nessa instituição.

3.2 APRESENTAÇÃO DOS LEVANTAMENTOS DOS TCC'S: UFOP, UFF E UNIFESP

Tabela 1 - TCC'S da UFF

Autor	Título	Ano	Palavra-chave
João Carlos Barbosa dos Santos	A Reprodução do Racismo na Atividade Policial Da Polícia Militar do Estado Do Rio De Janeiro Link de Acesso: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8112/1/TCC%20-%20Jo%C3%A3o%20Carlos%20Barbosa%20dos%20Santos.pdf .	2018	Racismo; Negro; Política Criminal; Polícia Militar; Criminalização da Pobreza

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 2 - TCC's da UFOP

Autor	Título	Ano	Palavra-chave
Andresa Pâmela de Souza	Mercantilização da estética negra: reflexões das estudantes autodeclaradas negras do curso de Serviço Social da UFOP. Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1093/1/MONOGRAFIA_Mercantiliza%C3%A7%C3%A3oEst%C3%A9ticaNegra.pdf	2018	Negras Estética Aspectos econômicos Serviço social Estudantes universitários
Bárbara Costa Fontes	Reflexões sobre o sistema carcerário brasileiro: racismo estrutural e marginalização, interfaces do mesmo cenário. Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1093/1/MONOGRAFIA_Mercantiliza%C3%A7%C3%A3oEst%C3%A9ticaNegra.pdf	2019	Trabalho no capitalismo Racismo institucional Prisão

	m/35400000/2615/2/MONOGRAFIA_Refl exoesSobreSistema.pdf		
Keytiane Mardem Bandeira Rocha	Mulheres negras trabalhadoras e o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher em Mariana-MG. Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2315/6/MONOGRAFIA_MulheresNegrasTrabalhadoras.pdf	2019	Capitalismo - aspectos sociais Negras - Mariana-MG Assistência social – Mariana-MG
Letícia Farias Gralha Souza	A criminalização e o encarceramento em massa do negro no Brasil. Link de acesso: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3056/6/MONOGRAFIA_Criminaliza%C3%A7%C3%A3oEncarceramentoMassa.pdf	2019	Criminalização. Desigualdade. Racismo. Mídia
Liliane Rodrigues	O assédio sexual contra a mulher negra trabalhadora no Brasil. Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2446/1/MONOGRAFIA_Ass%C3%A9dioSexualContra.pdf	2019	Capitalismo. Mulher negra. Trabalhadora. Assédio sexual.
Nathália de Poli	Mulheres negras chefes de famílias beneficiárias da política de assistência social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1264/1/MONOGRAFIA_MulheresNegrasFam%C3%adlias.pdf	2018	Questão racial Racismo estrutural Políticas públicas Ouro Branco - MG
Sabrina de Jesus Costa	Saúde da população negra: reflexões da Política Nacional de Saúde Integral da População.	2019	Saúde pública, Racismo Institucional, Discriminação racial

	<p>Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2490/11/MONOGRRAFIA_Sa%c3%badePopula%c3%a7%c3%a3oNegra.pdf</p>		
<p>Simone Cristina Caitano</p>	<p>Genocídio da juventude negra brasileira: um olhar crítico sobre o valor da vida.</p> <p>Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1534/6/MONOGRRAFIA_Genoc%c3%addioJuventudeNegra.pdf</p>	2018	<p>Formação sócio-histórica brasileira Identidade racial Negros Estado Homicídio</p>
<p>Vitória Latorre de Carvalho</p>	<p>A condição histórica e as formas de organização do negro no Brasil: os desafios impostos pelo racismo, do escravismo colonial ao capitalismo dependente.</p> <p>Link de acesso: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3020/6/MONOGRRAFIA_Condi%c3%a7%c3%a3oHist%c3%b3ricaFormas.pdf</p>	2021	

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 3 - TCC's da UNIFESP

Autor	Título	Ano	Palavra-chave
<p>Ana Paula Bocca</p>	<p>Nina Rodrigues e a construção social do estereótipo sobre o "criminoso" no Brasil.</p> <p>Link de acesso: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/58836</p>	2020	<p>Seletividade Penal Racismo Nina Rodrigues Criminologia Eugenia</p>
<p>Damiso Ajamu da Silva Faustino</p>	<p>A questão racial do negro como dimensão da questão social no Brasil: desafios para o Serviço Social.</p> <p>Link de acesso:</p>	2015	<p>Questão Racial Classe Social e Raça Discriminação Serviço Social</p>

	https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/54660/TCC%20SS%20Damiso%20Ajamu%20S%20Faustino.pdf?sequence=1&isAllowed=y		
Gabrielle Ambar	Inserção e permanência de estudantes negro(a)s na Unifesp-BS: qual o olhar do curso de Serviço Social? Link de acesso: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/58022	2014	Questão racial; Universidade; Permanência estudantil; Serviço Social
Maria Clara dos Santos Oliveira	A sociogênia do sofrimento psíquico em Frantz Fanon. Link de acesso: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/58835/TCC%20SS%20Maria%20Clara%20dos%20Santos%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y	2020	Frantz Fanon Sociogênia Saúde mental Racismo Sofrimento psíquico

Fonte: Autoria Própria.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O levantamento foi realizado através da plataforma digital onde foi possível encontrar quatorze monografias e trabalho de conclusão de curso que compreende um dos pré-requisitos para obtenção de título de bacharel em Serviço Social ou Assistente Social nas instituições de ensino UFF, UFOP E UNIFESP.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF) encontrou-se somente um trabalho que trata sobre a temática racial. Sua análise concentra-se no estudo do racismo, do negro, da criminalização da pobreza, da polícia militar e da polícia criminal.

Na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), apresenta-se quatro trabalhos que tratam do debate racial. Em um o foco foi racismo/criminalização da pobreza e a seletividade penal e em um outro trabalho apresenta a relação do racismo e o sofrimento psíquico.

Aborda-se também nessa instituição a questão racial e o Serviço Social em dois documentos, que citam sobre o racismo institucional. É necessário destacar que nenhum desses trabalhos apresentam o termo racismo institucional nas palavras chaves.

Conforme Ambar (2014, p. 68) em seu TCC intitulado *“Inserção e permanência de estudantes negro(a)s na Unifesp-bs: qual o olhar do curso de Serviço Social?”* discorre sobre a temática do racismo institucional entendendo que o debate da questão racial no Serviço Social dessa instituição tem sido secundarizado reforçando a necessidade de reformulação da produção de conhecimento em Serviço Social que abarque essa temática visto que é necessário uma formação que possa contribuir com a apropriação dos desdobramentos da questão racial na vida da população negra, pois no exercício profissional a partir das demandas apresentados dos usuários a transversalidade no que tange o racismo aparece e por isso a necessidade de maior estudo do tema é importante, assim como cita a autora;

Se a profissão não se apropria dos elementos que podem desvelar os desdobramentos da questão racial na vida da população negra, cuja gênese remonta ao “descobrimento” do Brasil, a indagação permanece [...] (EURICO, 2011, p.98 apud ÂMBAR, 2014, P. 68).

O trabalho de Faustino (2015) intitulado *“A questão racial do negro como dimensão da questão social no Brasil: desafios para o Serviço Social”* em seu estudo discute sobre o racismo institucional velado nos espaços de construção e produção de conhecimento. Conforme exemplifica:

A escassez com a qual a temática étnico-racial é abordada nos espaços da universidade, que reflete também na quantidade de pesquisadores e intelectuais que abordam essa temática, inspirou a mim e outros colegas a conquistar o nosso espaço nesse ambiente que não foi pensado para nós e para a herança que carregamos cotidianamente de quase quatro séculos de escravidão. É em uma impetuosa vontade de mudar, movimentar e colorir esses espaços, nos juntamos, quase que por sobrevivência, para pensar em estratégias para trazer a temática étnico-racial para dentro das paredes sem vida e sem cor da Unifesp Baixada Santista. [...] uma vez que a recusa em enxergar o racismo institucional velado nos espaços de construção e produção do conhecimento carregam em si a violenta força hereditária de uma sociedade que se constituiu através da discriminação, opressão, marginalização e criminalização do povo preto, pobre e periférico. (Faustino, 2015, p. 20)

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi a instituição que mais encontrou trabalhos que tratam sobre a temática. Talvez essa maioria em relação a outras diz respeito assim como já foi discutido nesse trabalho sobre as diversas

atividades que abordam esse tema e também sua particularidade regional e boa parte do seu corpo docente ser negro ao que se refere ao curso de Serviço Social e também boa parte de seu corpo discente também ser negro.

Através da biblioteca digital de trabalhos de conclusão de curso de graduação do Serviço Social da UFOP, foram encontrados 9 trabalhos que abordam a temática. Desses trabalhos dois apresentam o termo racismo institucional nas palavras-chaves sendo eles: “*Racismo, Saúde da população negra: reflexões da Política Nacional de Saúde Integral da População*” de Costa (2018) onde a autora discute sobre o racismo institucional dentro do âmbito da saúde.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra tem em sua finalidade, a desconstrução e a ruptura do racismo institucional, dentro das instituições que discutem a saúde, estando presente na inclusão das práticas de cura afro centradas brasileiras no sistema brasileiro de saúde, no SUS, ou seja, no âmbito acadêmico, no espaço de cura pela educação. (Costa, 2018, p. 40)

No trabalho “*Reflexões sobre o sistema carcerário brasileiro: racismo estrutural e marginalização, interfaces do mesmo cenário*”, de Fontes (2019), que também apresenta o racismo institucional em suas palavras chaves para refletir sobre a relação entre o racismo e o sistema carcerário brasileiro, porém ao decorrer da sua pesquisa não cita novamente esse termo.

Posteriormente foi possível encontrar três outros documentos que apresentam sobre a temática de racismo institucional; o de Carvalho (2021) intitulado “*A condição histórica e as formas de organização do negro no Brasil: os desafios impostos pelo racismo, do escravismo colonial ao capitalismo dependente*” onde a autora diz que o “racismo se encontra enquanto uma questão estrutural, por entender que as instituições reproduzem em seus interiores um conjunto de ações que garantem a manutenção da própria ordem social, ou seja, a ideologia predominante da classe dominante.” (Carvalho, 2021, p. 70).

Caitano (2018) que discute sobre o “*Genocídio da juventude negra brasileira: um olhar crítico sobre o valor da vida*” onde a autora discute sobre o racismo institucional e estrutural;

Paralelamente, as sentenças que são dadas se articulam, preferencialmente, com o racismo institucional e estrutural, que faz com que a atuação e reação dos presentes não dialoguem com a totalidade que a realidade insiste em apresentar e se constituir, o que reflete e tem incidência na decisão judicial e

na aplicação das leis. A situação explanada ganha força ao analisar julgamentos de jovens brancos e ricos, sendo réus ou vítimas, contempla-se outro vigor na deliberação e no desfecho do processo, isto posto, procede-se à crítica da postura dos integrantes do sistema penal, uma vez que a questão racial e a questão de classe incidem nesta conjuntura e no desenvolvimento das ações a ela inerentes. (CAITANO, 2018, p. 46)

Souza (2021) desenvolve sua pesquisa sobre o tema “A criminalização e o encarceramento em massa do negro no Brasil” e cita o racismo institucional enquanto fundante do modo de produção capitalista a fim de perpetuar o privilégio das classes dominantes, conforme elucidado abaixo:

O racismo institucional se dá no funcionamento das instituições que se baseia na raça para dar ou não privilégios para certas classes, e assim manter a classe dominante no poder, o autor exemplifica que isso pode ocorrer tanto no âmbito público como também no privado, o domínio de brancos em instituições se dá por causa de padrões e regras já pré-estabelecidas para que isso continue a acontecer e também para que não aconteça o ascendimento de pessoas negras a certos tipos de cargos dentro das instituições. (SOUZA, 2021, p. 27)

Ao que se refere ao racismo institucional no âmbito da educação de ensino superior, foi possível perceber que somente dois dos trabalhos analisados apresentam esse debate, o que permite evidenciar que a temática dos outros trabalhos de conclusão vincula-se a temática racial às outras esferas ou trazem essa discussão enquanto elemento de apropriação sobre o tema proposto de estudo.

A partir do exposto percebe-se que há poucas produções que abordam a questão racial e o que foi estudado sobre esse tema se fortaleceu a partir do ano de 2018.

Referente ao racismo institucional no âmbito acadêmico pelos trabalhos disponibilizados nas plataformas digitais nessas instituições é um número muito baixo. Há também um questionamento sobre esses dados devido a possibilidade de haver produções armazenadas nessas universidades. Diante do momento atual, não se sabe se realmente são só essas produções ou se é somente a falta de atualização dos sites bem como a ausência em alimentar esses repositórios.

Percebeu-se que nessas instituições de ensino superior como citado ao longo deste trabalho a produção por estudantes e profissionais se dá por artigos, trabalhos, palestras, ciclos de debates, grupos de estudos acerca da temática racial. Entretanto é possível perceber uma lacuna no que tange o estudo desse tema em seu processo de formação acadêmica e que diretamente incidem no fazer profissional dos futuros

assistentes sociais. É necessário chamar atenção que esse hiato na formação acadêmica notoriamente não condiz com os princípios e diretrizes da profissão visto que estes documentos assim como em diversos espaços e documentos materializados há a pauta de luta por uma sociedade igualitária e antirracista.

Somando as reflexões sobre essa análise apresenta-se o estudo realizado por Silva (2005), fruto de sua dissertação de mestrado pela Escola de Serviço Social Fluminense (UFF) intitulado “*O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira*” onde apresenta algumas hipóteses que levam à ausência dos saberes em torno da questão étnico-racial no curso de graduação em Serviço Social da UFF. Vale ressaltar que sua pesquisa dedicou em analisar um estudo sobre o Serviço Social e essa temática na UFF, entretanto o autor apresenta cinco hipóteses pertinentes sobre as lacunas no que tange o estudo durante o processo de formação e também sobre a falta de trabalho de conclusão de curso que abordam sobre esse tema que permite que se estenda também a análise e reflexões de outras instituições onde existem cursos de Serviço Social.

Conforme sua análise, ele considera como primeira hipótese o fato de a profissão ter sofrido influência da Igreja Católica em sua gênese, justificando o fato de que essa doutrina colabora para que não se tenha um debate crítico. Sua segunda hipótese analisa a absorção do materialismo histórico-dialético no pós-movimento de reconceituação. Nesse momento o autor chama atenção no sentido de que ainda que houve a ruptura com o Serviço Social Tradicional, ainda existam alguns reducionismos no que tange a dimensão teórico-metodológica conforme a citação abaixo;

Mas, a forma como esse enfoque foi apreendido e transmitido, legou também “reducionismos teórico-metodológicos decorrente da forma de apreensão do marxismo no circuito profissional” (GÓIS, 1993, p.22) e que “responderiam por uma série de dificuldades no plano de produção de conhecimento no Serviço Social (GÓIS, 1993, p.7). Incorporou ainda “inúmeros equívocos e impasses de ordem política, teórica e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes”. (IAMAMOTO, 2004, apud FILHO, 2018, p. 11)

A terceira hipótese o autor apresenta ainda nos dias de hoje sobre o preconceito contra a cultura negra e a não aceitação do negro enquanto produtor de cultura e conhecimento e aqui, referenciando todas as áreas.

A quarta hipótese refere-se à falta de conhecimento específico por parte dos professores sobre a temática, e, como sua pesquisa se deu por meio de pesquisas com os docentes da UFF, foi possível afirmar essa hipótese. Dessa forma corrobora

para a lacuna no que tange à falta de conhecimento para transmitir aos alunos. Por fim, a “não incorporação pelo Serviço Social da questão do negro ou racial como uma questão social”. Filho quando aborda essa questão deixa claro por meio deste trecho:

Histórica e ideologicamente para setores influentes do Serviço Social, a questão social encontra-se intimamente encadeada com a questão econômica deflagrada pelo capitalismo, gerador da pobreza, da exclusão social e da subalternidade de grande parte dos brasileiros. Para nós a questão social, gerada pela pobreza, exclusão e subalternidade, além de econômica, é também de pele, sendo que em alguns casos, esta prevalece sobre aquela, como as pesquisas de BRANDÃO (2002/ 2004) e TEIXEIRA (2003) comprovam e a discussão contra e a favor da implementação de políticas de ação afirmativa ratificam. Acreditamos que a informação conduz à mudança de visão de mundo e que esta possibilita questionamentos e a oportunidade de reinterpretar atos e posturas sedimentadas no imaginário e nas ações cotidianas. Por isso, defendemos a inclusão de temas que discutam a questão do negro entre os saberes apreendidos pelos Assistentes Sociais como categoria profissional e pelos formados pela ESS-UFF em particular, “não do jeitinho brasileiro, de escamotear. Enfrentar querendo e sabendo como resolver e para isso não pode ser no ‘achismo’, mas com conhecimento. Também não pode ser só pelos negros, mas pelo conjunto da sociedade, senão fica segmentada. (FILHO, 2018, p. 37)

Entendendo que a pesquisa de Filho (2018) delimitou-se ao estudo de caso da Universidade Federal Fluminense analisando propriamente o curso de Serviço Social, e, ainda compreendendo que cada instituição de ensino assim como a região a que está inserida apresenta nuances particulares, é possível perceber que dentre essas cinco hipóteses formuladas muitas cabem e se perpetuam em outras instituições visto que a questão do negro, bem como o racismo se compreende enquanto uma expressão da questão social e se encontra enraizada na nossa sociedade e se reverbera cotidianamente.

Por meio dessa análise realizada nesse trabalho, reforça ainda mais a necessidade de modificação do sistema de ensino de forma que as questões e o estudo do negro na sociedade não fiquem em vão. No que se refere especificamente ao Serviço Social, essa ação possibilita e reforça o compromisso ético e político para com a sociedade, os usuários e a luta por uma sociedade antirracista.

Tabela 4 - TCC da Gabrielle Ambar

Título	Inserção e permanência de estudantes negro(a)s na Unifesp-bs: Qual o olhar do curso de serviço social?
---------------	--

Autor	Bacharel em Serviço Social - Gabrielle Ambar.
Orientadora	Profa. Dra. Renata Gonçalves.
Instituição	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.
Ano	2014.
Resumo do trabalho	Este trabalho busca analisar as condições de acesso e permanência das minorias sociais na UNIFESP- Baixada Santista, partindo da realidade social burguesa e da necessidade imprescindível de obter igualdade social e racial.
Palavras Chaves	Questão racial. Universidade. Permanência estudantil. Serviço Social.
Metodologia	O trabalho busca entender, através de um estudo bibliográfico e documental a respeito do acesso e permanência dos estudantes negros na Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, analisando também de que forma a herança histórica e cultural do negro mais precisamente dentro do curso de Serviço Social.
Desenvolvimento	O primeiro capítulo a autora reflete sobre como é ser negro na sociedade brasileira pós-abolicionista. O segundo capítulo enfatiza um debate acerca do acesso e a permanência do negro na Universidade pública. O terceiro fala sobre o caso específico da Universidade Federal de São Paulo na baixada santista relacionando com as políticas de permanência implementadas nas instituições. Além disso problematiza o debate acerca da questão racial no Brasil bem como a abordagem da temática no Serviço Social.
Autores que tratam a questão racial	Octavio Ianni; Clóvis Moura; Abdias do Nascimento; Kabengele Munanga; Louis Couty; Luiz Gama; Helena Bomeny; Sarita Amaro; José Jorge Carvalho; Barbara Bergmann; Antônio Sérgio Guimarães Rita Segato; Robson Lage Figueiredo Guimarães; Roseli da Fonseca Rocha; Jaques Velloso; Elisabete Aparecida Pinto; Dyane Brito Reis Santos; Ana Carolina Zanluqui; Márcia Campos Eurico; Flávia Emanuelle de Souza Netto.

Resumo da conclusão	Foi possível perceber que o negro não conseguiu se inserir ou se inseriu de forma precária na sociedade. Tal teoria reforçou que o negro fosse considerado como subalterno e os resquícios desta subalternidade podem ser encontrados inclusive no debate acerca do acesso e permanência do negro na Universidade pública, onde, aliás, percebemos uma (não) inserção do negro na educação superior. Esta dificuldade de acesso fica explicitada quando examinamos os debates sobre as cotas raciais para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior.
----------------------------	---

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 5 - TCC da Damiso Ajamu da Silva Faustino

Título	A questão racial do negro como dimensão da questão social no Brasil: Desafios para o Serviço Social.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Damiso Ajamu da Silva Faustino.
Orientadora	Profa. Dra. Maria Rosângela Batistoni.
Instituição	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.
Ano	2015
Resumo do trabalho	O trabalho trata a questão racial do negro na formação sócio histórica brasileira sob a dimensão da questão social, compreendida no processo de desigualdades sociais de classe. O estudo enfatiza a necessidade do aprofundamento da questão étnico-racial na formação e exercício profissional, bem como nas pesquisas e pautas acadêmicas e políticas do Serviço Social.
Palavras Chaves	Questão Racial. Classe Social e Raça. Discriminação. Serviço Social.
Metodologia	A metodologia desse trabalho se deu a partir de uma pequena revisão bibliográfica da literatura especializada que trata sobre a questão racial do negro por meio das produções na área de História, Sociologia e outros, relacionado com a

	<p>questão social a partir sobre teóricos do Serviço Social. Foi utilizada também fontes secundárias de banco de dados e pesquisas que apresentam indicadores sociais sobre a situação da população negra, no que se refere às condições de trabalho, salário, educação e outros.</p>
<p>Desenvolvimento</p>	<p>O desenvolvimento desse trabalho se deu a partir da construção de três capítulos. O primeiro capítulo dedicou-se a questão racial do negro na formação sócio histórica do Brasil sob uma dimensão da questão social construída por elementos dos períodos de colonização até a luta de redemocratização do país. O segundo capítulo trata sobre as condições socioeconômicas da população negra brasileira por meio da conjuntura de vida da população negra brasileira na contemporaneidade, utilizando indicadores sociais de pesquisas que apresentam eixos de trabalho, renda, educação e violência. O terceiro capítulo apresenta a temática étnico-racial que vem sendo incorporado pelos assistentes sociais em suas pesquisas e estudos e também em seu exercício profissional.</p>
<p>Autores que tratam a questão racial</p>	<p>Autores do movimento contra a miscigenação; Joseph Arthur de Gobineau, o conde de Gobineau, (1816-1882); Louis Agassiz, (1807-1873); Louis Couty (1854-1884). Autores do movimento que defendia as misturas raciais; Sílvio Romero, (1851-1914); Edward Telles; Gilberto Freyre. Autores críticos à democracia racial; Clóvis Moura. (Sociólogo); Abdias do Nascimento (Militante questão racial); Florestan Fernandes. (Sociólogo); Fernando Henrique Cardoso (Sociólogo); Octavio Ianni (Sociólogo); Maria Aparecida da Silva Bento. (Psicóloga); Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão (Geógrafo); Deivison Faustino (Cientista Social); Agnes Heller. (Psicóloga); Roseli Rocha (Assistente social); Júlio José Chiavenato (Jornalista); Sheila Dias Almeida. (Assistente social); Cláudia Alves Durans (Assistente social); Roseli Rocha (Assistente social); Nívia Cristiane Pereira da Silva (Assistente social); Mário Theodoro, Luciana Jaccoud Rafael Guerreiro e Osório Sergei Soares (IPEA); Julio Jacobo Waiselfisz. (Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Flacso Brasil); Ana Carolina Miani Zanluqui. Serviço Social; José Itamar de Freitas (Jornalista).</p>

Resumo da conclusão	A autora conclui que nos dias de hoje há uma dificuldade em produzir e abordar a temática étnico-racial na formação acadêmica. Isso devido ao pouco interesse em investigar essa temática e, como foi o foco da pesquisa, analisar os estudos dentro da formação de estudantes em Serviço Social. O que se observa é que existe uma contradição na formação profissional do Serviço Social, já que se defende uma leitura crítica dos fenômenos sociais assim como uma análise a partir da perspectiva da totalidade social. Ressalta-se também que a produção referente a temática fica somente a cargo dos próprios sujeitos que de alguma forma são afetados por essa ausência de produção teórica da temática. Chama-se atenção no texto também sobre a maioria da população brasileira ser composta por negros, entretanto ainda se encontra em minoria quando se refere à ocupação em espaços de poder e acadêmicos.
----------------------------	--

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 6 - TCC da Simone Cristina Caitano

Título	Genocídio da juventude negra brasileira: um olhar crítico sobre o valor da vida.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Simone Cristina Caitano.
Orientadora	Profa. Dr. Katiuscia Bertollo.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2018.

Resumo do trabalho	Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do genocídio da juventude negra brasileira a fim de potencializar o contexto da luta de classes no Brasil, a partir da perspectiva da classe trabalhadora. Neste cenário de barbárie, houve crescente avanço no número de assassinatos envolvendo a juventude negra brasileira, sendo vítima de uma espécie de matança generalizada. A partir do recorte analítico dos homicídios no Brasil, de jovens negros entre 15 e 29 anos de idade – do sexo masculino, pobres e, na maioria dos casos, de baixa escolaridade – a pesquisa se detém sobre a importância da contextualização deste debate nos diferentes espaços sociais, a concretização de medidas mais eficazes para o declive da violência racial e a desconstrução social do ‘genocídio da juventude negra’.
Palavras Chaves	Genocídio da Juventude Negra. Racismo. Estado. Homicídio. Vida.
Metodologia	Está trabalho se dedicou a pesquisa bibliográfica de forma a refletir acerca do genocídio da juventude negra brasileira a fim de potencializar o contexto da luta de classes no Brasil, a partir da perspectiva da classe trabalhadora.
Desenvolvimento	No primeiro capítulo dessa produção acadêmica é apresentado o contexto em que a população negra foi submetida na trajetória histórica brasileira. Na continuidade, o segundo capítulo aborda como foi conformada a sociedade brasileira, articulando, no que interessa à temática, com a caracterização da população negra: a faixa etária, o acesso à escolarização, a condição socioeconômica, os lugares que ocupam nos círculos sociais e as perspectivas de futuro. O terceiro capítulo demonstra a necessidade de superação do capitalismo como elemento para pensar o fim do racismo e do genocídio da população/juventude negra.
Autores que tratam a questão racial	Magali da Silva Almeida; Maria Aparecida Silva Bento; Nathalie Beghin; Florestan Fernandes.

	Eliane Silvia Costa; Marisa Feffermann. George Breitman; CLR James; Leon Trotsky; Kátia de Queirós Mattoso; Carlos Moore; Graziela de Oliveira; Gevanilda Santos; Sara Alves; Rosenverck Estrela Santos; Lilia Moritz Schwarcz. Wilson Honório da Silva; Uelber B. Silva.
Resumo da conclusão	Esse trabalho pode concluir que a juventude negra sofre reflexos da escravidão até os dias de hoje, por meio da violência exacerbada e suas vidas ceifadas cotidianamente. Para tanto, a autora reconhece a necessidade de que o assunto referente a essa temática ganhe visibilidade para que ações concretas por parte do Estado permita que aja redução dos crimes para com essa população.

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 7 - TCC da Andresa Pâmela de Souza

Título	Mercantilização da estética negra: Reflexões das estudantes autodeclaradas negras do curso de Serviço Social da UFOP.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Andresa Pâmela de Souza.
Orientadora	Prof. ^a Mestre Isis Silva Roza
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2018.
Resumo do trabalho	Este trabalho discutiu e refletiu sobre a Mercantilização da Estética negra, a partir do posicionamento das estudantes autodeclaradas negras do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. O estudo tem relação com uma “visibilidade” negra que tem surgido nos últimos anos, principalmente em relação a produtos

	voltados para beleza negra, o que, aos poucos, vai se tornando um grande mercado.
Palavras Chaves	Mercantilização. Estética Negra. Serviço Social. Estudantes autodeclaradas.
Metodologia	Esta pesquisa foi realizada a partir de leituras bibliográficas, busca de dados estatísticos, autores renomados na área para melhor compreensão e aprofundamento do tema. E também foram realizadas entrevistas com duas estudantes autodeclaradas negras de cada período - do segundo ao sétimo - do curso de Serviço Social da UFOP.
Desenvolvimento	Esse trabalho foi estruturado por meio de três capítulos. O primeiro capítulo analisou o Modo de Produção Capitalista em suas particularidades fundamentais, retornando assim a estudos importantes acerca do movimento do Capital, passando pela Mercadoria, pelo trabalho produtivo e improdutivo no MPC. No segundo capítulo foi apontado algumas das muitas consequências deixadas pela escravidão para a população negra, como o racismo e a desigualdade racial; e também sobre a estética negra na mídia e sua relação com o consumo. No terceiro e último capítulo realizou-se a análise de dados, a partir das respostas apresentadas nas entrevistas pelas estudantes autodeclaradas negras do segundo ao sétimo período do curso de serviço social da UFOP.
Autores que tratam a questão racial	Sarita Amaro; Juliana Bezerra; Cássia Ladi Reis. Beatriz Dias; P. Domingues; Heber Fagundes. Ana C. Salvatti Fahs; Nilma Lino Gomes; Kabengele Munanga; Fátima Oliveira; Marcelo Paixão; João Baptista Borges; Lívio Sansone; Lilia Moritz Schwarcz; Valter Roberto Silvério.
Resumo da Conclusão.	Com base no estudo realizado foi possível perceber que o racismo e a desigualdade racial são centrais na formação sócio histórica brasileira. Foi observado também as lutas dos

	<p>movimentos negros na atualidade, que vem sendo apropriado pelo capital transformando-o em mercadoria assim como a estética negra. Com base com os dados colhidos com os estudantes de Serviço Social da UFOP, foi possível perceber que existe a compreensão da importância do movimento negro bem como sua representatividade e no que diz respeito ao surgimento de produtos voltados para a população negra são estratégias capitalistas para consumo, mas que também pode ser um passo importante para o combate ao racismo e a visibilidade destes sujeitos.</p>
--	--

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 8 - TCC da Nathália de Poli

Título	Mulheres negras chefes de famílias beneficiárias da política de Assistência Social no centro de referência especializado de assistência social.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Nathália de Poli.
Orientadora	Profa. Me. Jussara de Cássia Soares Lopes.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.
Ano	2018.
Resumo do trabalho	Esse trabalho dedicou-se ao estudo sobre as mulheres negras chefes de família na Política de Assistência Social com o intuito de analisar acerca da questão racial, gênero e classe a fim de refletir sobre a realidade dessas mulheres negras chefes de família levando em consideração as desigualdades que as direcionam à vulnerabilidade, risco social e também pessoal o que faz com que

	necessitam do acesso a Política de Assistência Social.
Palavras Chaves	Assistência Social. Mulheres Negras. Família.
Metodologia	Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A autora realizou uma pesquisa de campo com duas mulheres negras do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no município de Ouro Branco-MG.
Desenvolvimento	Esse trabalho foi organizado em dois capítulos, sendo o primeiro referente a um breve contexto da questão racial no Brasil, a discussão do racismo estrutural e também a mulher negra na sociedade. O capítulo seguinte apresentou o contexto histórico da Política de Assistência Social no Brasil, citando as particularidades do município de Ouro Branco/MG onde foi realizada a pesquisa de campo. Em seguida, relacionou-se com a política de assistência social, gênero e raça.
Autores que tratam a questão racial	Sheila Dias Almeida; Sarita Amaro; Maria Aparecida Silva Bento; Sueli Carneiro; Mirla Cisne; Lélia Gonzalez; Mariana Mazzini Marcondes; Kabengele Munanga; Lia Maria Manso Siqueira; Neusa Santos Sousa; Mário Theodoro.
Resumo da conclusão	A partir do estudo realizado constatou-se que as políticas públicas e, inclusive, as políticas de assistência social reforçam a desigualdade de gênero quando têm suas ações centrais nas mulheres no seu papel materno. Diante das análises, fica evidente que as mulheres possuem dificuldades de se desvincular desse papel. Então não há uma compreensão da mulher enquanto cidadão e indivíduo, pois não é oferecido a elas oportunidades de apropriação de espaço, autonomia e empoderamento.

	<p>Porém, a política de assistência social tem sua efetivação justamente nesses quesitos. A questão racial se mostra encoberta para essas mulheres devido aos processos e mecanismos de opressões da sociedade capitalista, que buscam, justamente, que esses segmentos mais subalternizados não consigam se identificar com sua realidade enquanto indivíduos inseridos como o segmento mais empobrecido na sociedade brasileira. Podemos concluir que as mulheres negras se apresentam como a encarregada na resolução dos problemas familiares.</p>
--	--

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 9 - TCC do João Carlos Barbosa dos Santos

Título	A reprodução do racismo na atividade policial da polícia militar do estado do rio de janeiro.
Autor	Bacharel em Serviço Social - João Carlos Barbosa dos Santos.
Orientadora	Profa. Dr ^a . Paula Kapp Amorim.
Instituição	Universidade Federal Fluminense - UFF. (Rio das Ostras).
Ano	2018.
Resumo do trabalho	<p>O objetivo deste trabalho é refletir sobre a reprodução do racismo na ação da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, que falam dos índices da letalidade e mortalidade de civis e policiais militares, bem como do perfil da população carcerária no Rio de Janeiro e no Brasil. Houve também a sistematização do mito da democracia racial, discorrendo sobre o conceito de racismo, preconceito, discriminação, sobre o sistema penal e sua</p>

	relação com o estado neoliberal, sobre o processo de criminalização da pobreza e a militarização no estado do Rio de Janeiro.
Palavras Chaves	Racismo. Negro. Política Criminal. Polícia Militar. Criminalização da Pobreza.
Metodologia	Foi utilizado como fonte de pesquisa e estudo o acervo bibliográfico sobre os temas de raça e estudos da criminologia crítica e também fontes secundárias tais como referências bibliográficas disponíveis, documentos oficiais, revistas, artigos, jornais, reportagens, sites da internet e informações do Instituto de Segurança Pública do Estado Rio de Janeiro - ISP/RJ, do mapa da violência, do mapa do encarceramento, do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa - GEMAA – IESP/UERJ através do Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero, e Classe, e outras fontes tais como a Fundação Getúlio Vargas - FGV e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para refletirmos sobre a seletividade da ação repressiva da polícia militar com foco nas questões de raça e de classe.
Desenvolvimento	<p>No capítulo um, a autora aborda o racismo no Brasil a partir de uma construção social e histórica. No capítulo dois, há uma problematização sobre o estado neoliberal, o sistema penal, criminalização e militarização. O capítulo três apresenta uma análise sobre a segurança pública e a polícia militar do Rio de Janeiro, por meio de uma reflexão histórica sobre o seu surgimento, letalidade e seletividade das ações.</p> <p>3.2. Um breve resgate histórico sobre o contexto de surgimento da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.</p>

Autores que tratam a questão racial	Luciana Jaccoud; Orlando Zaccone; Roseli Rocha; Ana Cristina de Souza Mandarino; Estélio Gomberg; Dayane Nayara Assis; Clóvis Moura; Abdias do Nascimento; Rafael Soares; Dayane Nayara Conceição de Assis; Nilma Lino Gomes; Abdias do Nascimento; Florestan Fernandes; Elita Moraes; Daiane Souza; Julio Jacobo Waiselfisz; Élide Rugai Bastos; Maria Aparecida Bento; Daniel Cerqueira; Danilo Santa Cruz Coelho; Cláudia Alves Durans. Márcia Campos Eurico; Ana C. Salvatti; Ana Luiza Pinheiro Flauzina; Nilma Lino Gomes. Alex Hergog; Luciana Jaccoud; Vera Batista Malaguti; Kabengele Munanga; Tatiana Whately de Moura; Natália Caruso Theodoro Ribeiro; Fúlvia Rosemberg.
Resumo da conclusão	No presente trabalho, foi abordada a reprodução do racismo a partir da atividade policial da polícia do Rio de Janeiro. O que se conclui é que na atualidade existe um grande preconceito, discriminação dos negros que constituem o segmento mais pauperizado da população brasileira. A realização desse trabalho por meio de um breve resgate histórico relacionado com uma política de segurança pública de controle e extermínio remete a uma violência dupla perpetrada pelo Estado que tem vitimado civis e policiais militares, resultando num genocídio da população negra e pobre do país.

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 10 - TCC da Sabrina de Jesus Costa

Título	Saúde da população negra: Reflexões da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Sabrina de Jesus Costa.

Orientadora	Profa. Dr ^a . Cristiane Maria Nobre.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP).
Ano	2019.
Resumo do trabalho	Esse trabalho se dedicou ao estudo da saúde da população negra, entendendo que a questão racial apresenta consequências que reverberam no cotidiano dessa população. Além de que por meio das desigualdades que só aumentam cotidianamente, existe um risco social e também devido às desigualdades sociais que são mais presentes para essa camada da população, há um risco maior de agravos à saúde. Diante disso, é necessário um atendimento de qualidade no que tange ao acesso aos serviços de saúde, bem como o serviço prestado.
Palavras Chaves	Saúde da população negra. Racismo institucional. Discriminação racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
Metodologia	A metodologia aplicada neste trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, executada a partir da consulta de livros, artigos e textos de sites da internet, como <i>Scielo</i> e <i>Geledés</i> , com pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2009 (ano de implementação da política Nacional de Saúde Integral da População Negra) até os dias atuais.
Desenvolvimento	Esse trabalho foi dividido em dois capítulos, sendo o primeiro responsável por tratar da questão racial no Brasil por meio de uma análise dos intelectuais negros e o estudo sobre o racismo, bem como quais contribuições e percepção da população. Posteriormente é feito uma análise sobre o

	movimento de reforma sanitária brasileiro e suas contribuições para a Política Nacional de Saúde correlacionando com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e seus desdobramentos.
Autores que tratam a questão racial	Silvio de Almeida; Patrícia Hill Collins; Sabelle R. Barbosa; Iris do Céu Costa; E. L. Góes; B. Gonçalves; M. A Maestri; Carlos Alberto Medeiros; M. Paixão; I. Rossetto; F. Montovanele; LM. Carvano; L. Pinheiro; N. Fontoura; AC. Prata; V. Soares; A. F. M. Pinto. J.J. Reis; D. N. Silva; G. M. D Silva; Jurema Werneck.
Resumo da Conclusão.	A autora conclui que é necessário discutir em torno da saúde da população negra, devido aos efeitos perversos que são causados na vida e saúde dessa população e como ela exemplifica, que se dá por meio do racismo. Dessa forma, ressalta a necessidade de espaços que compreendam a importância do cuidado para com a saúde da população negra.

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 11 - TCC da Bárbara Costa Fontes

Título	Reflexões sobre o sistema carcerário brasileiro: Racismo estrutural e exclusão, interfaces do mesmo cenário.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Bárbara Costa Fontes.
Orientadora	Profa. Dr. Cristiane Maria Nobre
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2019.

Resumo do trabalho	Esse trabalho se propõe a refletir como o racismo estrutural na sociedade capitalista afeta diretamente no encarceramento em massa. Partindo da real função do cárcere, desde os primórdios do modo de produção capitalista europeu, até no molde atual brasileiro, onde é possível reconhecer as amarras dessa sociedade racista. Além de explicitar de forma direta o perfil racista nas prisões e como a guerras às drogas é caminho direto para tal.
Palavras Chaves	Trabalho no capitalismo. Encarceramento. Racismo institucional.
Metodologia	A metodologia utilizada foi a partir de bibliografias e levantamento de gráficos do Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOBEN e o Atlas da Violência, com o intuito de esclarecer o racismo velado na sociedade que tem por finalidade excluir e encarcerar a população pobre no Brasil.
Desenvolvimento	O desenvolvimento desse trabalho se deu por meio de dois capítulos onde o primeiro evidenciou a necessidade de articulação e discussão sobre o racismo e sua problemática no que tange o encarceramento e a política penal no mundo. Posteriormente, o segundo capítulo se ocupou de tratar sobre o racismo no mundo do trabalho do século XX e sua relação com a formação sócio-histórica brasileira.
Autores que tratam a questão racial	Juliana Borges; Florestan Fernandes; Angela Davis; Jéssica Conceição Medeiros; Juarez Cirino dos Santos; Lilia Schwarcz.
Resumo da Conclusão.	A partir desse estudo, a autora conclui que no que diz respeito ao Serviço Social é necessário discutir essa temática, aja vista que como um dos princípios da profissão se alicerçam nos direitos humanos, é necessário refletir sobre o encarceramento em massa relacionado com as múltiplas expressões da

	questão social. Diante disso é necessário abraçar a pauta do Assistente Social no combate ao racismo deixando clara a importância da luta pelos direitos dos trabalhadores brasileiros.
--	---

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 12 - TCC da Keytiane Mardem Bandeira Rocha

Título	Mulheres negras trabalhadoras e o Programa de garantia de renda mínima e Inclusão produtiva da mulher em Mariana-MG.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Keytiane Mardem Bandeira Rocha.
Orientadora	Profa. Me. Raquel Mascarenhas.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2019.
Resumo do trabalho	Esse presente trabalho apresentou um estudo sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher (PRMIP), com o objetivo de entender o programa e sua intenção de fomentar apoio institucional às famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio da capacitação profissional. Esse programa existe no município de Mariana-MG e faz parte da política de assistência social como forma de erradicação da pobreza, promoção à dignidade e à sustentabilidade humana.
Palavras Chaves	Capitalismo. Mulher Negra Trabalhadora. Assistência Social.

Metodologia	Essa pesquisa realizou-se por meio de análises bibliográficas e documentais para compreender as nuances existentes entre a temática sexo/gênero, raça/etnia e classe social no Brasil.
Desenvolvimento	Esse trabalho se organizou por meio de dois capítulos, sendo o primeiro responsável por elencar a intersecção entre sexo/gênero, raça/etnia e classe social no bojo do modo de produção capitalista. No segundo apresenta-se a análise do PRMIP, no marco da política social de assistência social, considerando a particularidade da intersecção entre sexo/gênero, raça/etnia e classe social na formação social brasileira.
Autores que tratam a questão racial	Sueli Carneiro; Mirla Cisne; Maria Helena Elpidio; Roseli da Fonseca Rocha; J.P.S. Valdo. Lélia Gonzalez; Priscila Lemos Lira; Kabengele Munanga; Aníbal Quijano.
Resumo da Conclusão.	A realização desse trabalho permitiu concluir que o objetivo central do capitalismo é a produção de valor e a acumulação desse valor, onde, para acumulação acontecer, foi necessário a dominação sobre <i>O Outro</i> . Dominação essa explicada através das classificações de gênero/sexo, raça/etnia e classe social. Dessa forma, a autora conclui que a sociedade precisa superar não só a acumulação capitalista e também as divisões de classe, dominação e subalternização de forma que exista a promoção do bem estar.

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 13 - TCC da Liliane Rodrigues

Título	O assédio sexual contra a mulher negra trabalhadora no Brasil.
---------------	--

Autor	Bacharel em Serviço Social - Liliane Rodrigues.
Orientadora	Profa. Me. Raquel Mascarenhas.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2019.
Resumo do trabalho	Esse trabalho de conclusão de curso se dedicou ao estudo referente ao assédio sexual contra a mulher negra trabalhadora no Brasil, por meio de uma compreensão sócio histórica brasileira, bem como o estudo sobre sexo/raça/classe.
Palavras Chaves	Capitalismo. Mulher negra. Trabalhadora. Assédio sexual.
Metodologia	A metodologia desse trabalho se deu a partir da análise bibliográfica do documento: Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil, (1ª e 2ª edição), que apresentam o assédio sexual das mulheres no Brasil.
Desenvolvimento	Esse trabalho se organizou por meio de dois capítulos, sendo no primeiro abordada a temática que analisa a inferiorização da mulher negra trabalhadora bem como a correlação entre sexo, raça e classe no capitalismo. O segundo capítulo se dedicou aos estudos dos assédios que são naturalizados e também invisibilizados no Brasil.
Autores que tratam a questão racial	Sueli Carneiro; Mirla Cisne; Maria da Conceição da Silva Cruz; Florestan Fernandes; Kátia Regina de Souza Lima; Kabengele Munanga. Monica Fenalti Delgado Pasetto; Céli Regina Jardim Pinto; Aníbal Quijano.

Resumo da Conclusão.	A autora conclui que é necessário a mulher lutar por direitos devido ao preconceito e devido a inúmeros fenômenos que fazem parte da construção histórica que causam desvantagens às mulheres frente a privilégios políticos, sociais e econômicos. E, como salienta no texto, desvantagens que caem especificamente sob mulheres negras. Dessa forma, é necessário a luta por igualdade de forma e que o debate sobre a questão étnico racial esteja presente dentro de várias esferas, especialmente dentro da categoria profissional do Assistente Social.
-----------------------------	---

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 14 - TCC da Maria Clara dos Santos Oliveira

Título	A sociogênia e a dimensão social do sofrimento psíquico em Frantz Fanon.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Maria Clara dos Santos Oliveira.
Orientador	Prof. Dr. Deivison Mendes Faustino
Instituição	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.
Ano	2020
Resumo do trabalho	O presente trabalho apresenta as contribuições do psiquiatra, filósofo e ativista anticolonial Frantz Fanon para a área da saúde mental, tendo como objetivos entender a dimensão social do sofrimento psíquico a partir do conceito de sociogênia, estabelecer as relações teóricas, políticas e profissionais do autor como psiquiatra e psicanalista com a área mais ampla de saúde mental de sua época e problematizar

	as potencialidades de sua produção para o cuidado em saúde mental nos dias atuais.
Palavras Chaves	Frantz Fanon. Sociogênia. Saúde mental. Racismo. Sofrimento psíquico.
Metodologia	Este estudo se deu por meio de uma análise documental do primeiro livro de Frantz Fanon “Pele negra, máscaras brancas”, onde foi feita uma coleta de dados que buscou identificar algumas categorias-chave para a compreensão da propositura teórica na qual se destaca a sociogênia. A sistematização privilegiou a identificação de reflexões sobre a relação entre colonialismo e racismo, subjetividade/dominação e racismo também sobre afetividade.
Desenvolvimento	O desenvolvimento desse trabalho se deu por meio de três capítulos. O primeiro dedicou-se a apresentar a trajetória profissional e política de Frantz Fanon. No segundo houve a análise sobre a categoria sociogênia a partir do livro “Pele negra, máscaras brancas” e no último capítulo trata sobre a relação entre o colonialismo, subjetividade e sofrimento psíquico relacionado por meio de problematizações referente a ausência de debate sobre o racismo no movimento de luta antimanicomial e na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
Autores que tratam a questão racial	Valeska M. Zanello; Octave Mannoni; Sylvia Wynter; Emiliano David; Jurema Werneck; Marizete Gouveia Damasceno; Valeska M Zanello; Emiliano de Camargo Davi; Frantz Fanon; Deivison Mendes Faustino; Laura Cecilia Lopéz; Gabriel dos Santos Rocha; Thiago C. Sapede; Neusa Santos Souza; Fernanda Lopes.
Resumo da conclusão	A autora por meio do contexto do CAPS a qual estava inserida permitiu afirmar que existe diferença entre o acolhimento a uma pessoa branca e negra, devido a estrutura

	<p>social e vivências que ambas se inserem. Ela também ressalta que nem todas as pessoas negras adoecem devido ao racismo, mas a violência da estrutura e os próprios ataques diretos podem vir a levar ao sofrimento psíquico, o que requer dos profissionais de saúde um olhar atento, atendendo essa pessoa de maneira integral e considerando as marcas que o racismo pode deixar.</p>
--	--

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 15 - TCC da Ana Paula Bocca

Título	Nina Rodrigues e a construção social do estereótipo sobre o “criminoso” no Brasil.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Ana Paula Bocca.
Orientador	Prof. Dr. Deivison Mendes Faustino Santos
Instituição	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Ano	2020.
Resumo do trabalho	<p>O trabalho objetivou desvelar o estereótipo sobre a terminologia “criminoso” contida na obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Pena no Brasil”, de Raimundo Nina Rodrigues, escrita em 1894. A escolha desse autor para realização da análise deu-se devido ao seu reconhecimento na contemporaneidade ao trabalhar sobre as relações de raça e criminalidade na realidade brasileira. Nina Rodrigues defende e divulga as teorias positivistas provenientes da Europa que abordam a existência de uma raça inferior a partir de estudos cerebrais, a ideia de darwinismo sociais e eugenia. Sua</p>

	abordagem como vista ao decorrer do texto apresenta uma seletividade penal.
Palavras Chaves	Seletividade penal. Racismo. Nina Rodrigues. Criminologia. Eugenia.
Metodologia	A pesquisa é qualitativa e foi desenvolvida por meio da análise documental da obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, de Raimundo Nina Rodrigues. Realiza-se também uma revisão bibliográfica sobre a criminologia e a formação sócio-histórica brasileira, identificando como estas se relacionam aos indivíduos tidos como perigosos.
Desenvolvimento	O desenvolvimento desse trabalho se deu a partir da divisão em quatro capítulos. No primeiro capítulo a autora apresenta o conceito de racismo científico e sua relação com o pensamento da elite brasileira. No segundo, é feita uma análise sobre o racismo científico, a criminologia, o chamado perfil de criminoso no Brasil e seus desdobramentos. O terceiro item trata de um estudo sobre a obra “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”. E por último, uma análise geral do que foi apresentado ao decorrer do trabalho.
Autores que tratam a questão racial	Gislene dos Santos; Leonardo de Carvalho; Cesare Lombroso; Raimundo Nina Rodrigues; Angela Davis; Leonardo Dallacqua de Carvalho; Deivison Mendes Faustino; Ana Luiza Pinheiro Flauzina; Silvano Fidelis de Lira; Gervácio Batista Aranha; Marcela Franzen Rodrigues; Jaime Luiz Cunha de Souza; João Francisco Garcia Reis.
Resumo da conclusão	A partir da análise da obra de Raimundo Nina Rodrigues e sua formulação sobre a temática de raça e classe alicerçada pelos ideais positivistas provenientes da Europa, foi possível compreender o porquê da sua atual relevância no que diz respeito à

	<p>implementação de políticas referentes ao sistema penal. Seu discurso foi bastante aceito, difundido e apropriado pela elite brasileira, sendo visivelmente percebido através da mídia e do aparato repressivo do Estado. Sua tese influencia na construção de um estereótipo de criminoso e faz com que exista uma seletividade penal. Considerando que a maior parte das pessoas encarceradas são pardas e pretos.</p>
--	--

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 16 - TCC da Letícia Farias Gralha Souza

Título	A criminalização e o encarceramento em massa do negro no Brasil.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Letícia Farias Gralha Souza.
Orientadora	Profa. Jussara de Cássia Soares Lopes.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2021
Resumo do trabalho	Esse trabalho trata da criminalização e marginalização da população negra no Brasil que vem desde a escravidão até os dias atuais. Assim sendo, esse trabalho busca objetivar o processo de criminalização e encarceramento em massa do negro no Brasil. Além disso, compreender as consequências do racismo para a população negra e pobre.
Palavras Chaves	Criminalização. Desigualdade. Racismo. Mídia.

Metodologia	A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico feito a partir de textos especializados, em bancos de dados; em artigos midiáticos e pesquisa documental por meio de músicas e vídeos encontrados.
Desenvolvimento	Esse trabalho se organizou por meio de três capítulos, sendo o primeiro apresentado as desigualdades raciais e resistências negras na sociedade brasileira por meio de uma análise sócio histórica. O segundo se organizou relacionando a criminalização do negro e a relação com o racismo seguido pelo terceiro que problematizou a criminalização e o encarceramento em massa e apresentações de casos midiáticos.
Autores que tratam a questão racial	Clóvis Moura; Angela Davis; Silvio Almeida; Luiza Bairros; Jaqueline Garcez Buozi; Cecília Maria Bouças Coimbra; Daiane de Oliveira; Jaime Pinsky; Juarez Cirino dos Santos; Leonardo Ortegá; Márcia Campos Eurico; Zelma Madeira; Maria Livia do Nascimento; Julio Jacobo Waiselfisz; Jurema Wernek; Enio Walcácer Oliveira Filho; Cláudia Rankine.
Resumo da conclusão	Esse trabalho chega à conclusão de que a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa da população negra tem relação íntima com o genocídio dessa mesma população, devido ao capitalismo que se alimenta das desigualdades e ceifa essa população de diversas formas.

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 17 - TCC da Vitória Latorre de Carvalho

Título	A condição histórica e as formas de organização do negro no Brasil: os desafios
---------------	---

	impostos pelo racismo, do escravismo colonial ao capitalismo dependente.
Autor	Bacharel em Serviço Social - Vitória Latorre de Carvalho.
Orientador	Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP)
Ano	2021.
Resumo do trabalho	<p>Esse trabalho permitiu investigar o racismo na formação social brasileira e a organização dos trabalhadores negros do período escravocrata–senhorial ao período do capitalismo dependente monopolista. Entendendo que refletir sobre o racismo enquanto elemento fundamental no processo de formação das classes sociais no Brasil e também no que diz respeito à organização dos trabalhadores negros na história, à questão racial no seio da luta de classes e às disputas desdobradas no interior das organizações políticas e na construção das lutas sociais. Identificado assim, o racismo enquanto uma ideologia de dominação de classes, racializando também a estrutura de dominação e exploração do modo de produção capitalista. Desta forma analisamos a luta dos movimentos negros ao longo da história, colocando para discussão seu desenvolvimento, reivindicações, contradições, conquistas e desafios para construir avanços e emancipação a população negra.</p>
Palavras Chaves	Escravidão; Racismo; Capitalismo Monopolista; Luta de Classes; Trabalhadores Negros.
Metodologia	Neste trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica da literatura que trata do

	<p>processo de formação da sociedade brasileira, assim como obras que estudam a organização política dos trabalhadores participantes de movimentos sociais.</p>
<p>Desenvolvimento</p>	<p>Esse trabalho foi organizado em dois capítulos de forma que foi possível abordar os aspectos da história do escravismo colonial, assim como o processo de transição para o assalariamento, o desenvolvimento das lutas dos escravizados e as contradições presentes em seu processo. O segundo capítulo, apresentou o emergir do capitalismo brasileiro e alguns aspectos ideológicos desenvolvidos para manutenção da dominação racial, como o caso do mito da democracia racial. Posteriormente, abordou-se algumas experiências organizativas negras mais contemporâneas, apresentando também reflexões a respeito do papel do Estado moderno na perpetuação do racismo e das desigualdades raciais estruturais.</p>
<p>Autores que tratam a questão racial</p>	<p>Silvio Luiz de Almeida; Celia Maria Marinho Azevedo; Juliana Borges; Thales Vichiato Breda; Simone Cristina Caitano; Petrônio M. Domingues; Florestan Fernandes; Nilma Lino Gomes; Lélia Gonzalez; Carlos Hansenbalg. Jacob Gorender; Clóvis Moura; Abdias do Nascimento; Jônatas Corrêa Nery; Rogério Naques Faleiros; Lethicia Pechim; Amilcar Araújo Pereira; Raymundo Nina Rodrigues; Cristiane Luíza Sabino; Simone Maria Souza. Iyalê Tahyrine.</p>
<p>Resumo da Conclusão.</p>	<p>A partir do proposto, a autora conclui que a respeito da situação da população negra diante do racismo e da sociabilidade burguesa torna-se cada vez mais nítido que para o desenvolvimento das transformações necessárias é fundamental que façamos um debate de um projeto de sociedade que considere a sociedade de classes e a racialização de indivíduos. Isso implica dizer que com as particularidades da formação</p>

social brasileira, é impossível pensar o desenvolvimento do modo de produção capitalista sem que haja relações raciais desiguais e uma estrutura racista sólida, sendo que estes marcadores constroem a sociabilidade burguesa brasileira. Logo, para superá-la é urgente considerarmos que a luta antirracista e pela derrubada da sociedade de classes devem caminhar lado a lado. Isto porque a superação do racismo é processo fundamental para construção de uma nova sociabilidade que rompa com as relações de dominação e exploração erguidas na sociedade burguesa.
--

Fonte: Autoria Própria.

3.4 AS LACUNAS NA PRODUÇÃO DE TCC's SOBRE RACISMO INSTITUCIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFOP, UFF E UNIFESP

Como apresentado ao decorrer desse trabalho no que se refere aos debates realizados que tratam sobre a questão étnico-racial, os desafios para ampliação dessa discussão bem como as poucas produções sobre essa temática dentro do curso de Serviço Social, é necessário ressaltar novamente o compromisso ético político com a profissão e a urgência de uma formação contínua e crítica que contribua com a perspectiva do debate e também com uma sociedade antirracista.

Na categoria profissional do Serviço Social por meio do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), seminários, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social e demais espaços têm-se dedicado desde a segunda metade do século XX para discutir sobre essa temática nesses diferentes ambientes possibilitando a ampliação da discussão sobre a questão racial resultando em produções de artigos, pesquisas e em produções acadêmicas de forma que permita uma formação e uma atuação entendendo a questão étnico-racial e suas nuances.

Ainda assim, é necessário ressaltar que existem inúmeras lacunas sobre debates racializados no processo de formação que impacta no âmbito da intervenção e também atuação profissional. Relaciona-se isso com as disciplinas ofertadas no

Serviço Social nas instituições as quais esse trabalho se dedicou a analisar, refletindo sobre o porquê um tema tão importante e necessário ainda se dá ofertado, em maioria das vezes, enquanto disciplina não obrigatória e, exemplificando ainda o Serviço Social da UFOP, consta na grade curricular do curso “Raça/etnia, gênero e sexualidade” ofertada de forma eletiva, e que por vezes não foi ofertada a depender do período letivo. Tratando-se de um território onde seus estudantes são majoritariamente negros perpassado por uma realidade de intensa exploração mineral realizado anteriormente em forma de trabalho de escravo e que atualmente permanece sob às diversas condições de desigualdade decorrentes do modo de produção capitalista e que a questão racial se dá anterior a esse modo a qual estamos inseridos anteriormente, é necessário debruçar sobre essa discussão.

Conforme elucidado por Quiroga (1991), é notável o silêncio na formação profissional, que visivelmente é percebido pelas diretrizes curriculares, ainda que fazem parte do amadurecimento teórico metodológico da categoria profissional, ainda repercutem em seu interior os limites das análises dos processos sociais concretos da formação social brasileira quando se deu a ruptura com o conservadorismo profissional somada à crença de que uma questão étnico-racial foi resolvida no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e de acordo com Martins e Silva (2020);

Essa é uma concepção ideológica dos/as reacionários/as da branquitude que são capazes de omitir os impactos profundos na vida dos/as negros/as causados pelos mais de 300 anos de escravização e de uma libertação processada sem nenhuma medida reparadora e/ou de inserção do/a trabalhador/a oriundo do trabalho escravo no processo de desenvolvimento do país. É essa armadilha que o Serviço Social precisa enxergar na formação profissional e na produção do conhecimento para que os/as assistentes sociais não reproduzam a lenda da “democracia racial” (MARTINS e SILVA, 2020, p.132-133).

Levando em conta que o Serviço Social é uma profissão que atua diretamente com a expressão da Questão Social e que como Yamamoto (2015), “questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades sociais e a elas resistem e se opõem”. Com isso entender que as múltiplas expressões da questão social referem ao cerne da atuação do assistente social e que a partir disso se constrói e efetiva políticas públicas, refletir sobre a realidade da maioria dos usuários que utilizam dessas políticas é necessário refletir

sobre uma educação no curso que permita o rompimento com a falácia de democracia racial e a necessidade de um espaço acadêmico que proporcione uma formação acadêmica que fomente a luta contra a discriminação racial e também questões de gênero, orientação sexual de forma que seja possível o comprometimento intrínseco com a questão social e suas expressões.

Gonçalves Filho (2007), em seus estudos afirma que na configuração sócio-histórica capitalista atual é impossível separar o racismo da luta de classes e também da questão de gênero, tendo em vista que a dominação moderna articula todas as categorias produzindo uma desigualdade no âmbito social. Isso implica no cenário ao qual o assistente social está inserido que define por meio do racismo e a reverberação de mazelas decorrente desse legado e faz com que, quando se analisa a totalidade social e também a do sujeito, a falta do estudo profundo sobre essa temática contribuem com práticas de atuação discriminatórias, preconceituosas e até mesmo racistas o que se torna uma contradição para com a formação profissional principalmente com o que se pauta no projeto ético político da profissão.

Rocha (2009) chama atenção que no processo de formação acadêmica é necessário um compromisso que reverta esse quadro atual para que se assume uma responsabilidade com a construção efetiva do debate acerca da questão étnico-racial e o Serviço Social entendendo que é desde o processo de formação que a competência técnica-operacional e o posicionamento ético político são construídos para que no momento de atuação essas violações não existam. Conforme o CFESS (2012) que diz sobre a construção de uma articulação entre Estado, sociedade civil no que diz respeito a discriminação racial que perpassa os determinantes de classe, gênero, orientação sexual o estudo da temática étnico racial contempla um compromisso ético e político e que de acordo com o código de ética da profissão, são princípios relevantes e fundamentais consolidados principalmente nos princípios V, VI, VII e XI desse documento:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI.

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p 23).

Compreender que o racismo é um eixo estrutural e estruturante da sociedade brasileira nos leva a pensar que as desigualdades raciais não se apresentam tão somente como expressões da questão social, mas, sobretudo, como determinantes indispensáveis para pensar, inclusive, a própria questão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscou-se compreender a realidade social, o processo de colonização, escravidão e expansão capitalista que estão inteiramente interligados, onde a formação social brasileira iniciada no escravismo colonial se perpetua no capitalismo dependente, até hoje. A formação social brasileira capitalista tem a marca do escravismo, sendo um elemento estrutural e estruturante onde foi determinado pela conjunção de interesses internos e externos da classe dominante. De acordo com Moura (2014, p. 183)

O problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sociorracial - ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo - deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu.

Conclui-se, assim, que um país que manteve a escravidão por quatrocentos anos teve a opinião pública “treinada” a subjugar e segregar o negro ou o que descendente dele, devido a ideologia dominante, que desde a colonização, realizou ações para justificar a dominação europeia, utilizando-se de elementos sobrenaturais, como a religião e/ou aparatos científicos para tentar explicar sobre a sobrevivência do considerado mais apto, inteligente e forte, contra uma população vista como “mais fraca, atrasada e menos civilizada, sendo conseqüentemente a escravizada”.

Desse modo, ao justificar o racismo, é importante enfatizar que esse se realiza a partir de determinadas desigualdades que buscam justificar-se pela “hierarquia das raças”. O racismo torna-se, assim, estrutural e funcional ao capitalismo, ou seja, “íntegra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Nesse sentido, Almeida (2018) define o racismo a partir de três concepções: A individualista, apresentada como uma deficiência patológica, decorrente de preconceitos; a institucional, a considerar privilégios e desvantagens a determinados grupos em detrimento da raça, normalizando estes atos, por meio do poder e da dominação; e, por fim, a concepção estrutural, que está presente de forma intrínseca nas relações sociais não mais na forma direta, mas nas formas institucional e cultural.

Dessa forma, torna-se necessário trazer a respeito do contexto histórico da interdição e do acesso do negro à educação e do trabalho. O racismo é geralmente tratado no cotidiano como um caso isolado e individualizado, não sendo relacionado como um elemento estrutural e estruturante da sociedade capitalista, em que o racismo intermedia as relações familiares, de trabalho e escolares.

Diante da complexidade das relações raciais brasileiras e da forma pela qual o racismo se expressa, é necessário compreender os rebatimentos do sistema legislativo educacional na vida da população negra ao acessar a educação superior.

Por mais que houve determinados avanços em meio a lutas da população negra, esses avanços, no entanto, não diminuiram profundamente a desigualdade entre brancos e negros (dominadores e dominados), nos diversos espaços. Após 1978, no Brasil, houve o aumento de estudiosos/as pesquisadores negros/as com influências direta ou indireta dos movimentos sociais, em que se ampliou a diversidade dos trabalhos sobre racismo.

Foi possível concluir que existe racismo institucional dentro das instituições e que um dos fatores que contribui para isso é o racismo estrutural e conformação que tem o modo de produção capitalista. Essa conclusão foi baseada a parti da produção de conteúdo e conhecimento referente a temática da questão racial que foram pesquisadas.

A partir do perfil do graduando que é disponibilizado por cada universidade, comprovam-se que ainda com as políticas de ações afirmativas, com as leis de cotas, a quantidade de estudantes autodeclarados negros em relação aos estudantes autodeclarados brancos existe uma porcentagem pequena de negros na

universidade. Foi observado a partir das análises que a UFOP é a universidade que mais apresentou trabalhos referente a temática racial e dentre as três universidades é a que tem uma maior porcentagem de estudantes auto declarados negros.

É de suma importância dar continuidade a estudos, produções de conhecimento que desvelam a realidade e situam a respeito da questão racial e os rebatimentos do racismo, exclusão e marginalização que a população negra sofre nos diversos espaços aos quais deveriam ter acesso por direito.

Então respondendo a inquietação apresentada no título do trabalho “O racismo no mundo acadêmico: é um tema para se discutir dentro da universidade?” a resposta é sim, porquê estudar as relações étnico raciais é um caminho que possibilita analisar de forma mais profunda o imbricamento da estrutura racista-capitalista presente na sociedade, bem como as reproduções dessa que se desdobram em violências, sendo uma das expressões da “questão social” mais presentes no âmbito das instituições de educação. Não pode-se deixar de assinalar a importância de se estudar essa temática dentro das instituições como um todo e principalmente dentro do curso de serviço social. A não obrigatoriedade de disciplinas que tratam da temática, deixa uma lacuna enorme na formação profissional do assistente social, pois se não há uma discussão aprofundada sobre o racismo estrutural e institucional dentro do ambiente acadêmico, onde todos os anos se formam profissionais para o mercado de trabalho, como podemos combater a reprodução do mesmo?

É de extrema urgência tratar desta temática, não só apenas em instituições de âmbito profissional, mas também na base, para que possamos de verdade identificar, compreender e combater o racismo. Há o debate sobre a questão étnico racial dentro das instituições, mas ainda assim há carência de mais estudos voltados ao racismo estrutural e institucional. Um olhar mais minucioso em relação à formação profissional destes indivíduos na graduação será de suma importância para o avanço no combate ao racismo, tanto com disciplinas obrigatórias ou eletivas que possam dialogar com outras disciplinas, para agregar, somar e formar um vínculo para construção e ampliação do debate.

REFERÊNCIAS

_____. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias estratégicas*, Brasília, vol. 4, nº 6, março, p. 110-154, 1999.

_____. **Manifesto comunista**. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Serviço Social ICSA**. Disponível em: <<https://icsa.ufop.br/servi%C3%A7o-social>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2009.

_____. Transição do trabalho escravo para o trabalho “livre”. In: _____. *Transição e exclusão: O negro no mercado de trabalho no mercado pós-abolição - 1912/1920*. 1ª ed. São Paulo: Nefertiti Editora, 2014, p. 19 - 86.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Unifesp-SP**, 2016. Disponível em < <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/projetoPoliticoPedagogico2016servicoSocial.pdf> > Acesso em 01 de Junho de 2021.

_____. **Repositório Unifesp**. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39476/discover?query=RA%C3%87A&submit=lr>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Revolução cultural e futuro do pan-africanismo.** In: NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980, p-39- 79

_____. **O negro, de bom escravo à mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Significado do protesto negro.** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil. Salvador:** Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG):** Letramento, 2018.

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.81, 2005, fev./mar., p. 58-81.

AMBAR, Gabriele. **Inserção e permanência de estudantes negros na Unifesp-BS: qual o olhar do curso de Serviço Social.** 2014.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BOCCA, Ana Paula. **Nina Rodrigues e a construção social do estereótipo sobre o criminoso no Brasil.** 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/4/2007, Página 7. Poder Executivo, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei 12. 288, de 20 de julho de 2010: **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, Lei de Terras (Rio Branco). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1850. Disponível em: . Acesso em: 28 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº1390 de 3 julho de 1951, Lei Afonso Arinos. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Diário Oficial da União, 97 Brasília, DF, 1951. Disponível em: . Acesso em: 09 de setembro de 2018.

BUONICORE, Augusto C. **Marxismo, história e revolução burguesa**. EDIÇÃO 82, DEZ/JAN, 2005-2006, PÁGINAS 31, 32, 33, 34, 35, 36. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/82/cat/935/marxismo-história-e-revolu%C3%A7ão-burguesa-.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAITANO, Simone Cristina. **Genocídio da juventude negra brasileira.: um olhar crítico sobre o valor da vida**. 2018.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191.

CARVALHO, Délton Winter de. **O Desastre em Mariana 2016: o que temos a apreender com os desastres antropogênicos**. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental (21.: 2016: São Paulo, SP) Jurisprudência, ética e justiça ambiental no século XXI, p. 59. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARVALHO, Vitoria Latorre de. **A condição histórica e as formas de organização do negro no Brasil [manuscrito]: os desafios impostos pelo racismo, do escravismo colonial ao capitalismo dependente.** / Vitoria Latorre De Carvalho. - 2021. Car87 f.

CFESS. **Assistente Social no combate ao preconceito** – Caderno 3: “Racismo”. Brasília: CFESS, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993.

COSTA, Robson Pedrosa. As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme –

COSTA, Sabrina de Jesus. **Saúde da População Negra [manuscrito]: Reflexões da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** / Sabrina de Jesus Costa. – 2019.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, 14, 1989.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Revista Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **Questão Social: particularidades no Brasil.** Maranhão, 2014.

ELPIDIO, M. H.; ROCHA, R.; VALDO, JPS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnicoracial na formação em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2018.
em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 03 ago. 2021.

FAUSTINO, Damiso Ajamu da Silva. **A questão racial do negro como dimensão da questão social no Brasil: desafios para o Serviço Social.** 2015.

FERNANDES, Florestan. — **Capitalismo dependente e classes sociais na**

América Latina. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** [1975]. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.

FIQUEIREDO, M. B. **Democratização da Educação Superior (1945-1968) – transformações exemplificadas pela trajetória da Escola de Serviço Social/Niterói da Universidade Federal Fluminense.** Monografia de Final de Curso de Pós-Graduação em História do Brasil pós-30. (ICHF-UFF). Ano de obtenção: 2007.

FONTES, Bárbara. **Reflexões sobre o sistema carcerário brasileiro: racismo estrutural e marginalização, interfaces do mesmo cenário.** Bárbara Fontes. - 2019.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

GALEANO, Eduardo H., 1940- **As veias abertas da América Latina** / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GOES, Jaina da Conceição. **Enegrecendo o Serviço Social: o debate racial presente nas produções teóricas da profissão.** 2018. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes.** Revista Política e Sociedade, vol. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano.** Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por 20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf). Acesso em 20/03/201.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

GUIMARÃES, A. S. A. **Políticas Públicas para a ascensão dos negros no Brasil:** argumentando pela ação afirmativa. São Paulo: 1996.

IAMAMOTO. **Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960)**. In: CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. 8º ed. Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Editora Cortez, CELATS, 1991, p. 127-365.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 2009.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “**Cor ou raça**”. IBGE Educa Jovens, 2020. Disponível em: Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Mariana MG. Censo Brasileiro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Ouro Preto MG. Censo Brasileiro de 2020.

JACINO, Ramatis. O Negro no Brasil no Século XIX. In:_____. O branqueamento do trabalho. 1ª ed. São Paulo: Nefertiti Editora, 2008, p. 17 - 76.

K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

LA BRADBURY, Leonardo Cacau Santos. Estados liberal, social e democrático de direito: noções, afinidades e fundamentos. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1252, 5 dez. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9241>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LUKÁCS, Georg. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In. Marxismo e teoria da literatura. São Paulo: 2ºed. Expressão Popular, 2010. (p. 51-103).

- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. (1969). **Subdesarrollo y revolución**. Mexico City: Siglo Veintiuno Editores.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da. **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social** / Tereza Cristina R121r Santos Martins, Nelmiere Ferreira da Silva, organizadoras. – São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020.
- MARX, K. **A mercadoria**. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. L. I.
- MAX, OMI, M.; WINANT, H. **Racial formation in the United States: from the 1960 to the 1980s**. New York: Routledge, 1994
- MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. Pioneira, 2002.
- MG.GOV.BR - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. A cidade de Mariana. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/cidade-de-mariana>>. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- MOEHLECKE, Sabrina. **AÇÃO AFIRMATIVA: HISTÓRIA E DEBATES NO BRASIL**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.
- MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**, São Paulo, Global. 1983. ———. **Dialética radical do Brasil negro**, São Paulo, Editora Anita Ltda, 1994.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**, de Clóvis Moura. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014. 336 p.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, K. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial** / organizador MUNANGA, K.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:

Estação Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. In.: Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=40416>>. Acesso em: 15 Jul, 2021.

NETTO, José Paulo, -. **Capitalismo monopolista e serviço social** --. 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Maria Clara dos Santos Oliveira. **A sociogênia e a dimensão social do sofrimento psíquico em Frantz Fanon**. 2020.

PEDROSA, Adriene. **Calouros na UFOP: 98% de ocupação e negros são maioria**. Disponível em: <[HTTPS://ufop.br/noticias/sisu/calouros-na-ufop-98-de-ocupacao-e-negros saomaioria](HTTPS://ufop.br/noticias/sisu/calouros-na-ufop-98-de-ocupacao-e-negros-saomaioria)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e catolicismo: a participação da igreja católica na extinção da escravidão no Brasil**, 2011.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-cargavers%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

POLI, Nathália. **Mulheres Negras Chefes de Famílias Beneficiárias da Política de Assistência Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social** [manuscrito] / Nathália Poli. - 2018.

PROCÓPIO, Ana Paula. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A**

categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura / Ana Paula Procopio. -- Rio de Janeiro, 2017.

QUADRILÁTERO FERRÍFERO: AVANÇOS DO CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS. Organizado por Paulo de Tarso Amorim Castro, Issamu Endo, Antonio Luciano Gandini. — Belo Horizonte : 3i Editora, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 de abr. de 2021. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

RIBEIRO, DJAMILA. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. Guarulhos, 2015.

RIBEIRO, Silvia Nahas. **AÇÕES AFIRMATIVAS: a implementação de reserva de vagas no contexto da Universidade Federal de Ouro Preto**. Mariana, 2018.

ROCHA, Keytiane Mardem Bandeira. **Mulheres negras trabalhadoras e o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher em Mariana-MG** [manuscrito] / Keytiane Mardem Bandeira Rocha. - 2019.

ROCHA, R. F. A questão étnico racial e a sua relevância no processo de formação em

RODRIGUES, Liliane. **O assédio sexual contra a mulher negra trabalhadora no Brasil**. 2019.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2015.

SANTOS, João Carlos Barbosa dos. **A reprodução do racismo na atividade policial da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro** / João Carlos Barbosa dos Santos; Paula Kapp Amorim, orientadora. Rio das Ostras, 2018. 79 f.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Metamorfose de Militante Negros em Negros

Intelectuais. Revista Mosaico – Volume 3 – Número 5 – 2011.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 220- 241.

Serviço Social Disponível em:
<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307756975_ARQUIVO_ROSELIROCHA-ArtigoCompletoXICONLAB.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias Raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. [Org]. Raça, Ciência e Sociedade. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41 - 59.

SILVA FILHO, J.B. **O Serviço Social e questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SILVA, Maicon Cláudio. **DA SENZALA AOS MUCAMBOS: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Maicon-Claudio-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, P.B.G. e, BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. (Orgs.). **O Pensamento Negro em Educação no Brasil**. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Andresa Pamela de. **Mercantilização da estética negra: Reflexões das estudantes autodeclaradas negras do curso de Serviço Social da UFOP**. 2018.

SOUZA, Leticia Farias Gralha. **A criminalização e o encarceramento em massa no Brasil**. [manuscrito] / Leticia Farias Gralha Souza. - 2021. Sou 54 f.

UERJ. **Sistema de cotas**. Rio de Janeiro, RJ, 2021 Disponível em: <<http://www.uerjmultisite-desenv.uerj.br/a-uerj/a-universidade/sistema-de-cotas/>>.

<<https://www.unifesp.br/campus/san7/curso-de-servico-social>>_Acesso em 01 de Junho de 2021.

UNIFESP. **Histórico da UNIFESP-SP.** Disponível em<<https://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>> Acesso em 01 de Junho de 2021.

UNIFESP. **Planos de Ensino - curso de Serviço Social.** Disponível em:<<https://www.unifesp.br/campus/san7/planos-ensino-ade>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ZORZI, José Augusto **A construção do feriado do Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (2001-2019):** luta e política do reconhecimento / José Augusto Zorzi. -- 2019. 207 f.